

***INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES  
CURSO DE ESTADO MAIOR***

**2000 / 2002**



**TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.

**A DOCTRINA MILITAR PORTUGUESA DE CONTRA-SUBVERSÃO.  
ORIGENS E METODOLOGIA DO ESFORÇO DO EXÉRCITO FACE AO  
CONFLITO NO ULTRAMAR (1961-1974)**

***Pedro Manuel Pessanha de Almeida Duarte  
Maj Inf***



*“Os conflitos subversivos são de todos os tempos; tão velhos como a própria guerra. Desde sempre que os exércitos tiveram a necessidade de actuar tanto contra a população revoltada de um dado território como contra as forças militares de um país inimigo.”*

*“Para os militares, o interesse do estudo dos conflitos subversivos reside, ainda, no facto de a solução desses conflitos não poder nunca ser obtida unicamente pelas forças armadas ...”*

*in “O Exército na Guerra Subversiva”*



*“Este é um outro tipo de guerra. Novo na sua intensidade, antigo na sua origem. Uma guerra de guerrilheiros, subversivos, insurgentes e assassinos.*

*Uma guerra de emboscada em vez de combate, por infiltração em vez de agressão, que procura a vitória através da exaustão do inimigo em vez de o atacar.*

*E estes serão os desafios que teremos na próxima década.*

*Para garantirmos a liberdade, é necessária uma estratégia diferente, uma força completamente diferente e por isso um novo e completamente diferente tipo de treino militar.”*

*John F. Kennedy, 1962*



## RESUMO

Em 1958, o Exército português, prevendo o despoletar do conflito no Ultramar, sentiu necessidade de se preparar para uma actuação de contra-subversão.

O presente trabalho pretende dar resposta à questão central:

- quais as origens e a metodologia do esforço que o Exército Português desenvolveu na elaboração da sua doutrina de contra-subversão para fazer face aos desenvolvimentos que já se previam para o Ultramar português ?

Para fazer face à manobra de subversão, o Exército desenvolveu, à custa da sua própria experiência, uma doutrina de contra-subversão materializada no Manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”.

Das missões das forças militares definidas neste Manual ressaltam dois aspectos caracterizadores da concepção e emprego da doutrina portuguesa de contra-subversão:

- a acção psicossocial e;
- a colaboração e integração entre as estruturas militares e civis a todos os níveis.

Relativamente à primeira, “a conquista da população” foi eleita como o objectivo principal a atingir na medida em que é esta o centro de gravidade de uma guerra subversiva.

Quanto à segunda, era claramente definido na doutrina que a luta contra a subversão não podia ser levada a bom termo só pelas forças militares, exigindo, pelo contrário, uma convergência de esforços em todos os campos – político, social, económico, etc.

Já quanto ao processo de desenvolvimento da doutrina importa destacar:

- a atitude precavida de enviar oficiais para acções de formação em países com experiência recente em conflitos subversivos;
- o aproveitamento do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) para a elaboração de estudos e trabalhos que estiveram directamente na base do desenvolvimento da doutrina;
- a criação do Centro Instrução Operações Especiais (CIOE), enquanto centro de instrução especialmente vocacionado para a contra-guerrilha e;
- os ensinamentos colhidos durante cerca de dois anos de campanha no Norte de Angola.

Em resumo, a doutrina de contra-subversão desenvolvida para o efeito revelou-se adequada às características do conflito, permitindo a um país com a dimensão de Portugal conduzir simultaneamente três campanhas de contra-subversão em colónias significativamente distantes do território continental.



## AGRADECIMENTOS

Desejo agradecer o apoio e a colaboração de todos aqueles que, com a sua total disponibilidade, conhecimentos e experiência partilhada, contribuíram de uma forma determinante para a pesquisa e elaboração do presente trabalho.



## ÍNDICE

	Página
RESUMO.....	I
AGRADECIMENTOS.....	II
ÍNDICE.....	III
ÍNDICE DE APÊNDICES.....	V
ÍNDICE DE ANEXOS.....	VI
INTRODUÇÃO.....	1
I. A GUERRA SUBVERSIVA.....	4
I.1. Definição de guerra subversiva.....	4
I.2. Outras tipologias de guerra.....	5
I.3. Caracterização da guerra subversiva.....	7
II. ENQUADRAMENTO POLÍTICO - ESTRATÉGICO.....	10
II.1. A expansão colonial.....	10
II.2. A 1ª Guerra Mundial.....	11
II.3. A 2ª Guerra Mundial.....	12
II.4. A nova ordem mundial.....	13
II.5. O anticolonialismo.....	14
II.6. A intervenção da ONU.....	15
II.7. O princípio do fim.....	16
III. O EXÉRCITO NOS ANOS 50.....	18
III.1. O efeito OTAN.....	19
III.2. A reorganização de 1959.....	22
IV. A DOCTRINA.....	25
IV.1. A produção da doutrina.....	26
IV.1.1. A preparação.....	26
IV.1.2. As influências doutrinárias.....	28
IV.1.2.1. A influência inglesa.....	28
IV.1.2.2. A experiência francesa.....	29
IV.1.2.3. A doutrina americana.....	30
IV.1.3. O papel do Instituto de Altos Estudos Militares.....	30
IV.2. “O Exército na Guerra Subversiva”.....	32



IV.3. Aspectos salientes da doutrina.....	34
V. REFLEXÕES FINAIS.....	41
V.1. Um paralelismo histórico.....	41
V.2. Um quadro operacional alargado.....	43
V.3. As “novas” ameaças - o terrorismo.....	45
CONCLUSÕES.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
APÊNDICES	
ANEXOS	



## ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice 1 – SUBVERSÃO

Apêndice 2 – CONTRA-SUBVERSÃO

Apêndice 3 – CLASSIFICAÇÃO DO TERRORISMO





## ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A – A EXPANSÃO COLONIAL

Anexo B – O MAPA COR-DE-ROSA

Anexo C – OS ÚLTIMOS IMPÉRIOS

Anexo D – A DIVISÃO DA EUROPA

Anexo E – CONFERÊNCIAS DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS

Anexo F – A DESCOLONIZAÇÃO APÓS 1945

Anexo G - ORGANIZAÇÃO DOS RAMOS DAS FORÇAS ARMADAS

Anexo H - ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL METROPOLITANA EM 1960

Anexo I - ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE ANGOLA EM 1960

Anexo J - ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE EM 1960



## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho de investigação conduzido no âmbito da História Militar, encerra em si duas vertentes fundamentais e claramente diferenciadas.

Por um lado, é profunda a convicção que, mais de um quarto de século sobre o fim das guerras nos territórios coloniais portugueses em África, é ainda tempo de cuidar da análise ao conflito que percorreu mais de uma década e marcou as vidas de dezenas de milhares de portugueses, tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas. É tarefa pertinente porque a distância a que nos encontramos dos factos autoriza já uma abordagem histórica mais fria e porque a maioria dos intervenientes estão ainda aptos a depor.

Por outro lado, assiste-se hoje em dia a uma emergência de conflitos assimétricos, consubstanciados num conjunto de ameaças variadas, as quais justificam uma resposta urgente ao nível da doutrina e dos meios e organização que a sustentam.

O fenómeno do terrorismo<sup>1</sup>, em particular, assume nos tempos que correm um protagonismo muito real e acutilante, e cada vez mais, imprevisível.

Constata-se ainda que Portugal, materializando as orientações da sua política externa, tem assumido uma participação significativa em operações conduzidas no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da Organização das Nações Unidas (ONU), as quais proporcionaram a presença em distintos Teatros de Operações (TO), alguns dos quais com características que se aproximam daqueles em que foi conduzido o conflito colonial. Como exemplo mais flagrante pode-se citar o TO de Timor-Leste no qual a presença do Exército se faz com unidades constituídas, às quais, em determinado momento, se opuseram forças com uma actuação muito próxima da utilizada pelos movimentos rebeldes nas ex-colónias, ou seja, a condução de operações de guerrilha no âmbito de uma manobra de subversão.

Julga-se assim que se assiste hoje aquilo que se assistiu em 1958, ou seja, à necessidade de preparar o Exército para uma actuação de contra-subversão. O problema é que se perdeu uma “doutrina”, prematuramente remetida para os arquivos históricos, bem como se extinguiu um corpo de tropas com uma especial vocação para este tipo de actuação.

Naturalmente que o passado não constitui necessariamente uma solução para o presente ou para o futuro, mas a análise da história militar recente pode constituir um elemento de ajuda fundamental para a resolução dos problemas actuais.

---

<sup>1</sup> Seja ele doméstico, internacional, transnacional ou até de Estado.



É esta a reflexão que se procurará extrair deste trabalho de investigação o qual, pelas razões acima aduzidas, apresenta uma actualidade e pertinência que justificam a sua elaboração.

Assim, a estrutura idealizada para o presente trabalho pretende conduzir a uma resposta à sua questão central:

- quais as origens e a metodologia do esforço que o Exército Português desenvolveu na elaboração da sua doutrina de contra-subversão para fazer face aos desenvolvimentos que já se previam para o Ultramar português ?

No entanto, desta questão central derivam ainda um conjunto de matérias que importa analisar para um reforço da compreensão da actuação do Exército. São elas:

- analisar a doutrina em termos da sua relevância e aplicabilidade á situação do Ultramar;
- caracterizar o processo de produção e disseminação de doutrina sobre contra-subversão, com especial ênfase no papel desempenhado pelo IAEM e CIOE.
- reflectir sobre o momento actual e os desafios que se colocam ao Exército, de acordo com o Sistema Político Internacional e face às ameaças e possíveis cenários de actuação.

Tratando-se então de doutrina de contra-subversão, julga-se apropriado começar este trabalho apresentando um enquadramento conceptual do fenómeno subversivo e, naturalmente, do esforço conduzido pela autoridade legal no sentido de o contrariar, a contra-subversão.

De igual forma pertinente para a compreensão dos acontecimentos que despoletaram o conflito do Ultramar português será o enquadramento político-estratégico da evolução do sistema internacional desde os fins do século XIX até aos primeiros sinais da queda do Império, tema que constitui o segundo capítulo.

Complementando os enquadramentos anteriores, no terceiro capítulo será apresentado um enquadramento militar que incidirá nas transformações operadas no Exército Português durante os anos 50, enfatizando as reorganizações conduzidas no sentido da sua modernização.

Esta caracterização assume relevância na medida em que o Exército, fruto dessas reorganizações, estava “pensado”, organizado e treinado para fazer face aos compromissos decorrentes da participação na Aliança Atlântica e, desta forma, orientado para fazer face às ameaças que a conjuntura internacional justificava como prioritárias. Mas esta conjuntura irá sofrer algumas mudanças, as quais irão afectar sobremaneira aqueles países que ainda tinham uma dimensão colonial.



Nos finais dos anos 50, prevendo então os desenvolvimentos que se iriam verificar no Ultramar português, o Exército inicia um esforço de reorganização para fazer face às novas ameaças. Este esforço envolveu o desenvolvimento de doutrina, a aquisição de meios e uma nova organização.

Este esforço, bem como as influências doutrinárias e, em especial, a produção de doutrina de contra-subversão serão objecto de desenvolvimento no quarto capítulo.

O capítulo seguinte é o resultado de um conjunto de reflexões sobre a emergência de novas ameaças e dos conflitos daí decorrentes, os quais vêm conferir um novo protagonismo às doutrinas de contra-subversão.

Para finalizar, serão apresentadas conclusões resultantes da investigação e da reflexão efectuadas bem como os apêndices e anexos que complementam a informação recolhida.

Espera-se assim, se a arte e o engenho o permitirem, contribuir para o aprofundamento da análise histórica de um conflito que muito marcou Portugal no seu todo e em particular as suas Forças Armadas (FA).



## I. A GUERRA SUBVERSIVA

O conflito do Ultramar (1961-74) foi, quanto aos objectivos, guerra subversiva para o Estado português e guerra revolucionária para os movimentos rebeldes, mas ao nível tático, e face aos meios e processos empregues, deve ser classificado como guerra de guerrilha.

Nesse sentido, importa, desde já, enquadrar conceptualmente a tipologia do conflito, por forma a se poder analisar a doutrina desenvolvida pelo Exército, materializada no Manual “*O Exército e a Guerra Subversiva*”, e que constitui o tema central deste trabalho.

Este enquadramento, embora respeitando os conceitos adoptados na altura do conflito<sup>2</sup>, introduz algumas referências que, no período em causa, não mereceram destaque<sup>3</sup>, mas que se julgaram pertinentes para as reflexões finais deste trabalho.

### I.1. Definição de guerra subversiva

Como definição, guerra subversiva é uma “... luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados e reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território, ou, pelo menos, de paralisar a sua acção.”<sup>4</sup>

A guerra subversiva é assim a expressão violenta da subversão<sup>5</sup>, podendo ser conduzida por um grupo político, religioso, entre outros, que considerando ilegítimo o poder da autoridade legal, pretende a conquista desse poder por intermédio da população, captando-a para a sua causa e levando-a a insurgir-se contra o poder instituído por forma a retirar-lhe a autoridade e levá-lo a capitular<sup>6</sup>. A autoridade legal, por sua vez, procurará através da contra-subversão<sup>7</sup>, manter ou resgatar a população para o seu lado.

Em síntese, a guerra subversiva trata-se de uma luta:

- *conduzida por uma parte da população de um dado território*, e não pelas FA de outro país;
- *ajudada e reforçada, ou não, do exterior*;

---

<sup>2</sup> Em particular, os definidos no manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”.

<sup>3</sup> Como, por exemplo, o papel dos grupos religiosos, económicos, etc.

<sup>4</sup> “*O Exército na Guerra Subversiva, vol. I*”, cap. 1, pg. 1.

<sup>5</sup> C.f. Apêndice 1 (SUBVERSÃO).

<sup>6</sup> Na medida em que o exercício do poder político depende do acordo explícito ou tácito da população ou, no mínimo, da sua submissão.

<sup>7</sup> C.f. Apêndice 2 (CONTRA-SUBVERSÃO).



- *contra as autoridades de direito ou de facto* estabelecidas no referido território, isto é, contra autoridades legais ou contra autoridades de ocupação;
- *para as depor ou paralisar a sua acção*, ou seja, para conseguir uma alteração da situação existente.

Esta definição apresenta, no entanto, um carácter lato na medida em que engloba uma variedade muito grande de conflitos bem diferenciados.

Em primeiro lugar, a parte da população que conduz uma guerra subversiva pode *ser ou não* ajudada e reforçada do exterior. Se o não for, essa guerra terá um carácter estritamente nacional, interno, em regra com um objectivo limitado. No caso contrário, apresentará uma extensão muito maior, podendo até ser uma guerra totalmente fomentada do exterior, como forma de agressão de um país a outro.

Em segundo lugar, ainda pela referida definição, uma guerra subversiva pode ser levada a efeito contra as autoridades *legais* ou contra as autoridades de *ocupação*. No primeiro caso, essa guerra terá um carácter de revolta interna, normalmente com aspectos políticos ou sociais. No segundo, terá o carácter de resistência nacional contra um inimigo externo, bem diferente do anterior.

Por outro lado, não estabelecendo a definição de guerra subversiva nem as suas causas nem os objectivos particulares a atingir, nela se poderão incluir:

- quanto às causas - guerras de carácter racial, religioso, social, etc.;
- quanto aos objectivos - guerras para libertação de um território, para conquista do poder, para obtenção de vantagens sociais, económicas<sup>8</sup>, etc.

## I.2. Outras tipologias de guerra

É frequente definir guerra subversiva utilizando para tal outras expressões que, não sendo sinónimas de guerra subversiva, com ela são erradamente identificadas.

São de destacar, entre outras, as de guerra de guerrilha, guerra psicológica, guerra não convencional, guerra ideológica, guerra insurreccional e guerra revolucionária.

Assim, e para uma melhor compreensão do âmbito da guerra subversiva, convém analisar o significado das designações referidas.

Durante muito tempo confundiu-se guerra subversiva com guerra de guerrilha, isto é, confundiu-se o todo com uma das suas manifestações tácticas.<sup>9</sup>

<sup>8</sup> Acesso a recursos estratégicos, por exemplo.

<sup>9</sup> Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso, vol. II*, pg. 294.



Efectivamente, a guerra de guerrilha é uma guerra levada a efeito por forças muito ligeiras, dispersas e clandestinas, contra forças que controlam um dado território. Caracteriza-se pelos meios e processos utilizados e tem, portanto, um carácter restrito. Tem aplicação em todos os tipos de guerra (convencional, nuclear, subversiva, etc.) pelo que não passa de um dos processos para as levar a efeito.

A guerra psicológica tem por fim influenciar as opiniões, os sentimentos e as crenças dos homens – população, autoridades e FA – e, portanto, as suas atitudes e o seu comportamento. Tal como a guerra de guerrilha, caracteriza-se pelos meios e processos utilizados e tem, igualmente, um carácter restrito. Da mesma forma, aplica-se em todos os tipos de guerra (convencional, nuclear, subversiva, etc.) pelo que não passa de um dos processos para as levar a efeito. Deve salientar-se que a guerra psicológica encontra o seu campo de acção ideal na guerra subversiva, a qual não se pode conduzir sem acção psicológica.

O conceito de guerra não convencional surge em oposição ao de guerra convencional ou clássica. É também restrito quando comparado com o de guerra subversiva, pois relaciona-se apenas com os meios ou processos de actuação que poderão ser utilizados (sabotagem, guerrilha e terrorismo).

Numa guerra ideológica o que está em causa é um confronto de ideologias ou, um dos adversários, pelo menos, luta por uma ideologia. A expressão está assim ligada à causa do conflito e é apenas uma característica que pode vincular qualquer tipo de guerra. Pode-se então afirmar teoricamente que uma guerra subversiva pode ser ou não ideológica.

A expressão guerra insurreccional designa uma luta armada de carácter político, levada a efeito num dado país contra o Estado. Em certos aspectos este conceito é, portanto, mais lato que o de guerra subversiva (uma guerra insurreccional não é obrigatoriamente levada a efeito pela população civil, como a guerra subversiva); noutros, porém, é mais restrito (uma guerra subversiva pode não ter um carácter político, nem ser conduzida contra o Estado mas sim contra autoridades de ocupação). Deste modo, certas guerras insurreccionais serão subversivas, mas outras não; certas guerras subversivas serão insurreccionais, mas outras não.

Finalmente, o conceito de guerra revolucionária, apresentado pela primeira vez por Karl Marx, tem, simultaneamente, dois significados, podendo ser entendida como:

- *guerra total*, levada a efeito pelos países comunistas, com o fim de implantarem o comunismo em todas as nações;
- *doutrina* estabelecida para conduzir essa guerra.



Tal como a guerra subversiva, é conduzida no interior de um território, por uma parte da população, podendo ser apoiada e reforçada do exterior, contra as autoridades estabelecidas, com o objectivo de paralisar a sua acção.

Ou seja, ainda que a guerra revolucionária, entendida exclusivamente na perspectiva de Marx, possa englobar guerras subversivas, nem todas as guerras subversivas poderão ser incluídas no conceito de guerra revolucionária, isto é, ser conduzidas segundo a doutrina marxista-leninista e ter por finalidade a implantação do comunismo. A guerra subversiva é, portanto, um dos processos passíveis de serem empregues na guerra revolucionária.

### **I.3. Caracterização da guerra subversiva**

A primeira e, talvez, a mais importante característica a assinalar é a de que uma guerra subversiva é, essencialmente, *um problema de conquista da população*.

A população é o *meio* (no sentido de ambiente ou de campo de acção) em que a subversão se processa, é também o *objectivo* a conquistar e é ainda *um dos meios* utilizados para atingir esse objectivo.

Esse apoio da população é indispensável para:

- *justificar a finalidade da subversão*, que tem de ser sempre apresentada como qualquer coisa que essa população deseja;
- *permitir a «vida» dos agentes subversivos* (informadores, agitadores, terroristas, angariadores de fundos, etc.), com um mínimo de segurança e de apoio logístico, no território a subverter;
- e, principalmente, para que *a própria população tome parte na luta* e obtenha os resultados que só dificilmente poderiam ser alcançados pela acção exclusiva dos tais agentes, sempre em reduzido número.

Esse apoio é conseguido, em primeiro lugar, pelo lançamento de uma *ideia-base* ou *ideia-força* que traduza a *finalidade*, verdadeira ou aparente, do movimento subversivo, isto é, que se apresente perante a população do território em questão e perante a opinião pública mundial como a finalidade desse movimento.

Essa ideia é o resultado de um estudo cuidado da situação nesse território. Pode ter um carácter nacionalista, racial, político, social, religioso, etc.

Mas, como se disse, a referida finalidade pode ser verdadeira ou aparente; normalmente é *aparente*. A verdadeira finalidade será, em regra, diferente e manter-se-á secreta sempre que





as suas probabilidades de aceitação pela população do território em questão e pela opinião pública mundial forem menores que as da outra.

Uma segunda característica fundamental da guerra subversiva é a de que esta *não pode ser circunscrita ao território em que se processa*. Pelo contrário, uma guerra subversiva é *sempre* influenciada do exterior e é *quase sempre* fomentada, dirigida e alimentada do exterior.

Esta influência externa será tanto mais favorável à subversão quanto mais justas parecerem aos olhos do mundo as ideias com que aquela pretenda justificar a sua acção e quanto menos justa, portanto, parecer a causa defendida pelas autoridades estabelecidas.

A terceira e última característica fundamental da guerra subversiva é a sua *enorme complexidade*, que resulta não só das duas outras características anteriormente apresentadas mas, ainda:

- do *carácter clandestino do inimigo*, que muitas vezes não se consegue identificar com precisão;
- da *diversidade de meios e processos* utilizados;
- de se tratar de uma *guerra em superfície*, no verdadeiro sentido do termo, e não de uma guerra com frentes e retaguardas.

A guerra subversiva é, realmente, tanto do ponto de vista militar como de qualquer outro, *totalmente diferente da guerra convencional*.

Quanto ao *carácter clandestino do inimigo*, torna-se evidente que, atendendo à natureza das acções que pretende levar a cabo e à hostilidade, pelo menos inicial, do meio onde tem de viver, esse inimigo é obrigado a actuar subrepticiamente, por forma a não ser descoberto e, conseqüentemente, destruído antes de atingir os fins que se propõe. Daí a dificuldade da sua referenciação, neutralização e destruição.

Quanto aos *meios e processos*, estes são muito variados. Podem ser ou não insidiosos, clandestinos e violentos; podem ser de natureza moral, económica ou militar; podem ser aplicados no interior do território ou no exterior; podem ser dirigidos aos adultos ou às crianças, aos adeptos ou aos inimigos, etc.

Fundamentalmente, o que mais interessa salientar sobre este aspecto é:

- a *grande diversidade* dos meios e processos utilizados;
- o *carácter insidioso* de muitos deles;
- e a sua *adaptação*, sempre cuidadosamente feita, às circunstâncias de local e de momento.



Quanto à característica de *guerra em superfície*, ao contrário da guerra convencional, a guerra subversiva começa de uma forma clandestina, em vários pontos dispersos de um território e deles alastra depois, vagarosamente mas impregnando tudo, como «manchas de óleo», até cobrir toda a superfície. Trata-se, portanto, de uma guerra em que os dois adversários se encontrarão «misturados» ou «justapostos» sobre um meio muito sensível que é a população, e não frente a frente.

Em regra, a guerra subversiva trava-se, no plano militar, sob a forma de uma guerra de guerrilha. Mas podem existir guerras subversivas sem operações de guerrilha (caso da guerra subversiva conduzida pela ETA<sup>10</sup>, ou pelo IRA<sup>11</sup>, por exemplo)<sup>12</sup>.

A guerra de guerrilha é, no entanto, o processo privilegiado para a condução de uma guerra subversiva, na medida em que, ao contrário da guerra convencional, que se caracteriza fundamentalmente por ter como objectivo a defesa ou a conquista de territórios, a guerra de guerrilha tem por fim conquistar o homem, a população de um território.

No entanto, não basta à guerrilha ter uma ideologia dinâmica e apoio popular para vencer; precisa de bases seguras de onde possa actuar, e ainda de apoio logístico e económico de uma potência estrangeira, de uma multinacional, entre outros.

O movimento de guerrilha que conquista os corações e as mentes dos habitantes do território onde actua pode garantir a vitória a médio prazo com o mínimo de esforço. Daí o combater-se o alastramento da guerrilha por entre as populações, concedendo-lhes benefícios económicos e sociais<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Acrónimo de Euskadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade), organização criada em 31 de Julho de 1959 com base numa estratégia de acção marxista, visando alcançar a independência total do País Basco (Euskadi).

<sup>11</sup> Acrónimo de Irish Republican Army (Exército Republicano Irlandês), organização criada em 1916, visando a integração do Ulster na Irlanda.

<sup>12</sup> Abel Cabral Couto, op. cit. (9), pg. 213.

<sup>13</sup> Em oposição ao negar à guerrilha o apoio popular pela violência contra as populações.



## II. ENQUADRAMENTO POLÍTICO-ESTRATÉGICO

No rescaldo da 2ª Guerra Mundial, o domínio colonial das potências europeias sobre territórios africanos e asiáticos começou a ser fortemente questionado, tendo-se formado um vasto movimento ideológico e político (orquestrado pela União Soviética) tendente a obter a independência daqueles territórios. Tal foi sendo conseguido, nalguns casos sem surtos significativos de violência, mas na maioria das independências veio a prevalecer o uso da força<sup>14</sup>.

Em 1955, com a entrada de Portugal na ONU, foi recomendado ao governo português a concessão da independência às suas colónias, algo que foi liminarmente recusado. Para tentar contornar a situação o regime declarou as colónias como "províncias ultramarinas" e concedeu a cidadania aos seus habitantes. Tal medida foi reprovada internacionalmente pela Assembleia - Geral das Nações Unidas.

O tempo dos Impérios coloniais chegava assim ao fim, culminando um ciclo de 500 anos, precipitado pelos acontecimentos que a seguir se descrevem.

### II.1. A expansão colonial

A expansão colonial do século XIX<sup>15</sup>, acelerada após 1860, teve como razão essencial a questão económica, tornada mais pertinente com a Grande Depressão (1873-1896), emergindo as colónias como mercados privilegiados, em especial para os produtos têxteis e siderúrgicos. O mesmo se verificou com os fluxos financeiros, os quais se orientaram para os impérios coloniais.

No entanto, importa associar à necessidade económica, preocupações demográficas (as colónias como escoadouro) e razões de ordem religiosa, ideológicas e morais (superioridade do homem branco, os valores civilizacionais e a evangelização).<sup>16</sup>

Esta corrente favorável à expansão colonial, com particular destaque no continente africano, foi em parte aproveitada pelos construtores de impérios, facto este que veio, por sua vez, a suscitar fricções e até por vezes crises diplomáticas consideráveis que degradaram consideravelmente as relações internacionais no final do século XIX.

---

<sup>14</sup> Como, por exemplo, caso da revolta dos Mau-Mau no Quénia britânico e da prolongada guerra da Argélia.

<sup>15</sup> C.f. Anexo A (A EXPANSÃO COLONIAL).

<sup>16</sup> Marc Nouschi, *Atlas das Relações Internacionais*, pg. 14.



Para Portugal, a perda do Brasil levou a uma concentração das suas atenções em África. Em 1875, foi criada a Sociedade de Geografia, que passou a apoiar explorações científicas, das quais ressaltava a preocupação de conhecer todos os territórios e estabelecer a ligação de costa à costa, de Angola a Moçambique. Este esforço continuou “... em bom ritmo na década de oitenta, assumindo um aspecto diferente a partir das ameaças que representava a Conferência de Berlim, de que resultaram planos de ocupação por guarnições militares”.<sup>17</sup>

O Ultimato de 11 de Janeiro de 1890<sup>18</sup>, tendo provocado um verdadeiro levantamento nacional, veio assim acabar por sancionar, pelo povo português, o esforço feito em África, “... atitude reconfortante porque a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX vão exigir da Nação um grande sacrifício em defesa da nossa dignidade.”<sup>19</sup>

## II.2. A 1ª Guerra Mundial

Nas vésperas da 1ª Guerra Mundial, o mundo era dominado por oito grandes potências - aos actores europeus, Reino Unido, França, Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Russo e Otomano, juntaram-se depois do final do século XIX os Estados Unidos da América (EUA) e o Japão<sup>20</sup>. Ainda centrada sobre a Europa, esta ordem mundial estava já modificada pela afirmação de potências exteriores à Europa.

A guerra de 1914-18, que a partir de 1917 assumiu um carácter de conflagração mundial, veio subverter completamente a ordem diplomática anterior e, simultaneamente, incentivadora de sentimentos de autonomia nos territórios sob administração europeia, tendo os EUA surgido como defensores da doutrina da autodeterminação dos povos.

Paralelamente, a revolução bolchevique trouxe consigo a afirmação de um sistema sócio-económico rival do capitalismo, revestido de ambições universais uma vez que, de acordo com a teoria marxista-leninista, a revolução proletária estava destinada a transformar todas as sociedades do mundo.

É neste momento que se dá início á derrocada dos grandes impérios do passado, a qual irá resultar na fragmentação económica e política da Europa Central e Oriental, a qual, por sua vez, virá a ter reflexo nas políticas de expansionismo nazista e estalinista.

O pós-guerra será assim marcado por uma enorme desordem europeia, associada ao enfraquecimento dos antigos centros das relações internacionais (Londres, Paris e Berlim).

<sup>17</sup> *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º vol., Enquadramento Geral*, pp. 36-37.

<sup>18</sup> C.f. Anexo B (MAPA COR-DE-ROSA)

<sup>19</sup> *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º vol., Enquadramento Geral*, pp. 36-37.

<sup>20</sup> C.f. Anexo C (OS ÚLTIMOS IMPÉRIOS).



A nascente Sociedade das Nações, de forte influência americana, apoia os movimentos emancipalistas, ainda incipientes. Os países da Europa, administradores de territórios ultramarinos, saíram da guerra demasiado enfraquecidos para se oporem eficazmente ao envolvimento gerado em torno das suas possessões africanas e asiáticas.

Efectivamente, “... as promessas feitas pelos Aliados, em momentos difíceis da guerra, aos povos sob o seu domínio e que lutavam lado a lado, constituíram um forte incentivo para que estes prosseguissem na luta para a satisfação dos seus ideais”.<sup>21</sup>

De igual modo, “... o insucesso das soluções internacionais reforçou o percurso nacionalista e a afirmação de identidade, pois as estruturas do capitalismo estavam fracamente internacionalizadas. Tratou-se então de violações do tratado de Versalhes, de guerras de agressão e de rearmamento escondido e depois mais às claras. As democracias foram armadilhadas pela diplomacia ofensiva dos governos ditatoriais que reivindicavam “espaço vital”, uma nova partilha colonial e a perversão dos princípios do direito dos povos a disporem de si mesmos. As condições estavam reunidas para uma nova conflagração, desta vez realmente mundial.”<sup>22</sup>

### II.3. A 2ª Guerra Mundial

Quando, em 1939, se dá início à 2ª Guerra Mundial, não havia um único país verdadeiramente independente em África. A Libéria, independente desde 1847, tinha o seu “existir político” bastante precário e dependente dos EUA, o mesmo se podendo afirmar relativamente à independência do Egipto em 1922 e à autonomia da União Sul-Africana (1909) sob a égide da Grã-Bretanha.

Mas, a Europa pagou o preço de uma guerra que ela própria provocou. Todos os países europeus, vencidos e vencedores, experimentaram grandes problemas económicos. Pela primeira vez em cinco séculos já não se encontra no centro do mundo, deixando de ser o pólo no qual se organizavam as relações internacionais e o comércio mundial.

Os impérios coloniais europeus ficaram então vacilantes. Os “... povos colonizados viram as potências europeias desmoronarem-se rapidamente, com excepção da Grã-Bretanha, entretanto exangue da guerra. O direito dos povos a disporem de si mesmos, que os Aliados tinham agitado contra Hitler, voltou-se contra eles.”<sup>23</sup>

<sup>21</sup> *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º vol., Enquadramento Geral*, pg. 39.

<sup>22</sup> Marc Nouschi, op. cit. (16), pg. 16.

<sup>23</sup> Pascal Boniface, *Atlas das Relações Internacionais*, pg. 18.



## II.4. A nova Ordem Mundial

O fim da 2ª Guerra Mundial é marcado por dois acontecimentos que irão influenciar o Sistema Político Internacional durante décadas e que definiram, inclusive, o padrão de conflitualidade que seguidamente se verificou - o lançamento sobre o Japão das primeiras bombas atómicas e a emergência da União Soviética como superpotência ao lado dos EUA. Dessa guerra saíram, pois, duas potências totais e globais que haveriam de ditar os destinos mundiais na segunda metade do século XX.

A Nova Ordem Mundial<sup>24</sup>, saída de Yalta, apresentava de um lado os EUA, paladinos da democracia capitalista e da economia de mercado, defensores da propriedade privada, da livre iniciativa e do empreendimento individual, e do outro a União Soviética, mentora do comunismo, da teologia de libertação das classes oprimidas, defensora da orientação económica centralizada no Estado e da propriedade colectiva. Estes dois paradigmas eram incompatíveis, excluindo-se mutuamente. Assim, o confronto Leste-Oeste, adormecido durante a 2ª Guerra Mundial, inevitavelmente viria a acontecer. O indispensável aliado da Guerra, a URSS, tornava-se no inimigo principal do Ocidente Europeu e dos EUA. A partir de 1947, a oposição das duas maiores potências do planeta confunde-se com a oposição de dois sistemas, organizados em dois blocos estruturados de maneira relativamente simétrica, em primeiro lugar no plano ideológico, depois no plano económico, finalmente no plano militar e estratégico.

Os EUA iniciam a demonstração das suas capacidades económicas ímpares, latentes até aí, a União Soviética desenvolve-se e ultrapassa definitivamente o atraso endémico tipo feudal que possuía desde o início do século, e a China e o Japão emergem como colossos, respectivamente demográficos e económicos.

Neste sentido, a crise do Suez em 1956-1957 precipitou o fim das resistentes ilusões europeias. A Europa reagiu contra a nacionalização do Canal do Suez franco-britânico, ordenada por Nasser como represália pela recusa ocidental - especialmente americana - de financiar a Barragem de Assuão, no Rio Nilo. A Inglaterra, a França e Israel responderam de imediato ao desafio de Nasser, envolvendo-se numa campanha militar que terminou com a humilhante retirada das tropas ocidentais depois de uma violenta e ameaçadora mensagem de Eisenhower condenando a intervenção. Com o Suez, a Europa tomava finalmente consciência efectiva da sua debilidade estratégica no quadro dos poderes mundiais. Mas o resto do Mundo, que era por ela dominado, também se apercebeu da mudança ocorrida.

---

<sup>24</sup> C.f. Anexo D (A DIVISÃO DA EUROPA).



Em África, os movimentos de emancipação ganham novo alento.

As promessas que durante a guerra alguns países, como a França, fizeram aos seus territórios de além-mar facilitaram este alento pan-africano.

Quando em 1946 se tornou evidente a necessidade urgente de conter o comunismo, os americanos não conseguiram resolver uma contradição existente nos seus objectivos globais. Efectivamente, o objectivo da emancipação dos povos colonizados, tão caro a Wilson e a Roosevelt, encontrava-se em clara oposição ao objectivo de limitar e combater o comunismo, tão essencial às administrações de Truman e Eisenhower. Descolonizar, após a 2ª Guerra Mundial, implicava apoiar os movimentos nacionalistas emergentes na Ásia e em África e dentro destes, os mais bem organizados eram inevitavelmente os de cariz comunista devido ao apoio recebido da URSS.

No entanto, “... os americanos não o fizeram, persistiram em ambos os objectivos com idêntico fervor e afã, o que causou efeitos catastróficos a inúmeros povos e que ainda hoje se fazem sentir.”<sup>25</sup>

## II.5. O anticolonialismo

O fenómeno do anticolonialismo parece ter surgido antes da 2ª Guerra Mundial<sup>26</sup> mas foi por volta de 1950, na Índia, com Nehru<sup>27</sup>, que o movimento se acelerou. Em contrapartida, “... o pan-africanismo, que na África se associaria ao anticolonialismo, teria origem na simples manifestação de solidariedade entre os negros das Antilhas, Inglesas e dos EUA. Este fenómeno começou a tomar forma no início do século com vários movimentos negros que originaram Congressos. Só entre as duas Grandes Guerras tiveram lugar quatro *Congressos Pan-Africanos*, cuja estratégia se baseava na não-violência e na defesa dos direitos dos negros. Este movimento é, por conseguinte, mais antigo que o anticolonialismo.”<sup>28</sup>

Todas estas teses e posições traduziam o amadurecimento de um movimento que procurava, desde o fim da guerra, acelerar o abandono da África pelas potências coloniais.

O grande motor de toda esta mudança em África foi a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia, entre 18 e 24 de Abril de 1955, que reuniu 23 países asiáticos, quatro países

---

<sup>25</sup> Luís Filipe Tavares Nunes, *A caracterização do mundo no pós II Guerra Mundial - Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*, pg. 282.

<sup>26</sup> Haushofer defendeu a sua utilização como bandeira de penetração nos espaços coloniais das potências vencedoras da 1ª GG, no sentido de reconstituir o “Lebensraum” dos países do Eixo.

<sup>27</sup> De destacar as campanhas que este dirigiu contra os brancos em África, como prenúncio daquilo que iria fazer relativamente às colónias portuguesas na Índia.

<sup>28</sup> Luís Filipe Tavares Nunes, op. cit. (25), pg. 285.



africanos e as colónias do Gana e Sudão, em processo de libertação. A Conferência, dominada pelos *Quatro Grandes* - Indonésia, Índia, China e Egipto - constituiu um marco importante, não tanto na definição do tão propalado não-alinhamento<sup>29</sup>, movimento que procurou gerar uma terceira força entre as dissensões Leste - Oeste, para dar origem à expressão ainda hoje bastante usada de *Terceiro Mundo*, mas na activação de uma consciência colectiva sobre a questão colonial. No entanto, em Bandung esteve presente a China comunista, mas não a URSS e tornava-se necessário garantir o apoio desta última à problemática afro-asiática e ao combate ao colonialismo. Assim, através de Nasser, um dos *Quatro Grandes* de Bandung, foi convocada a primeira Conferência de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia que fez surgir a Organização de Solidariedade aos Povos da África e da Ásia (OSPAA), de orientação e apoio comunista. Comitês de Apoio começaram a funcionar em países comunistas como a Jugoslávia, a República Democrática da Alemanha (RDA), a Roménia e a Bulgária, enquanto que Comitês Nacionais, destinados à revolução política através da luta das massas e guerrilhas contra os regimes coloniais, eram formados e postos em acção.

A Conferência de Bandung, "... mais do que uma revolta moral contra o domínio europeu, foi positivamente a expressão, à escala universal, da tomada de consciência da sua eminente dignidade pelos povos de côr. É a morte do complexo de inferioridade."<sup>30</sup>

## II.6. A intervenção da ONU

A ONU, "... fortemente anticolonialista, ao contrário da Sociedade das Nações, que advogava uma solução gradual através do Sistema dos Mandatos, viria a condenar formalmente os regimes coloniais e a propor soluções prontas e radicais, isto é, independências imediatas. A ONU, de matriz influenciada decisivamente pela política de urgência norte-americana de Roosevelt, no que toca à emancipação dos povos, ao invés de resolver a questão colonial de forma pacífica, potenciou os conflitos entre nações dominadas e potências colonizadoras. A ameaça comunista foi inicialmente esquecida e quando foi necessário travá-la era tarde de mais. Salazar, apercebendo-se desta política norte-americana dúbia afirmaria que "os Estados Unidos vêm fazendo em África, embora com intenções diversas, uma política paralela à da Rússia".<sup>31</sup>

O ano de 1960 será chamado nas Nações Unidas, ano da África, porque 14 antigas colónias europeias tomam assento na Assembleia Geral como países independentes. No final

<sup>29</sup> C.f. Anexo E (CONFERÊNCIAS DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS).

<sup>30</sup> *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 1º vol., *Enquadramento Geral*, pg. 48.

<sup>31</sup> Luís Filipe Tavares Nunes, op. cit. (25), pg. 283.





do ano, a ONU deixa de reconhecer formalmente as Províncias Ultramarinas como parte integrante de Portugal e impunha que este concedesse a autodeterminação a todos os territórios.

Face à intransigência dos regimes coloniais, lentamente se foi passando de um conceito de luta pacífica (o *pan-africanismo* já referido), no campo das ideias, unicamente no seio das Nações Unidas, para um conceito mais lato, que apelava veementemente à violência, e alargado a outros domínios, âmbitos e organizações.

A realidade é que, no princípio da década de 60, exceptuando os territórios portugueses do ultramar, todos os territórios da África e da Ásia se tornaram independentes.<sup>32</sup>

## II.7. O princípio do fim

É então no quadro da Guerra Fria, que se inicia a crise do sistema colonial português, prontamente explorada pelas estratégias indirectas então dominantes.

Não podendo as superpotências praticar entre si uma estratégia directa de acção, privilegiaram sobretudo o estilo indirecto que passou a funcionar como antídoto à paralisia criada pelo factor nuclear. Neste sentido, procuraram gerir o seu conflito permanente em teatros periféricos, à custa de terceiros que se transformaram em seus instrumentos, fomentando e alimentando conflitos no seu interior ou entre eles, conflitos que substituíam a guerra aberta que ambas procuravam evitar. Prosseguiam, assim, através de terceiros, os seus objectivos de aumentar as respectivas áreas de influência.

A África colonizada foi um dos palcos desta luta entre titãs. A Guerra Revolucionária teorizada por Lénine e Trotski, mais tarde por Mao, Ho Chi Minh e Guevara, subtil e sabiamente incorporando e potencializando os conceitos da subversão, serviu os propósitos dos movimentos de libertação de cariz comunista. Os EUA responderam procurando apoiar movimentos de orientação oposta, não comunistas, entre outros.

A África portuguesa foi igualmente alvo dos interesses dos superpoderes, arena da luta indirecta que ambos travaram pelo controlo de áreas de influência. Portugal combateu longa e duramente em três TO, e por detrás da sua luta, aparentemente apontada como isolada, esgrimiam-se ferozmente os interesses importantes de outros actores, decerto menos visíveis, mas igualmente empenhados.

Mas não foi em África que se começou a desenhar a derrocada do último império colonial.

<sup>32</sup> C.f. Anexo F (A DESCOLONIZAÇÃO APÓS 1945).



Efectivamente, “... quando a Grã-Bretanha, em 15 de Agosto de 1947, concede a independência à União Indiana e o Primeiro-Ministro indiano Nehru anuncia, na sessão final da Goan Marathi Literary Conference, que a União Indiana dará todo o apoio ao povo de Goa para conseguir a sua libertação, Portugal não dá nenhum sinal, nem de caminhar para uma real autonomia do território de Goa, nem de procurar soluções para os restantes territórios.”<sup>33</sup>

A União Indiana, à medida que o tempo passa, torna-se cada vez mais ameaçadora e decidida a integrar os territórios na União e, em 1950, reivindica-os formalmente e solicita negociações imediatas. Em 1952 tenta levar as suas pretensões à ONU, com óbvia oposição de Portugal. As divergências vão aumentando e no final de 1953 a União Indiana institui o bloqueio a Goa e exige vistos de passagem de Damão para os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli.

A 20 de Julho de 1954, devido ao crescendo do ambiente hostil, o Governador de Damão, ao viajar para os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, é impedido de atravessar o território indiano. De imediato as ligações foram cortadas e os territórios ficaram isolados.

O Ministro de Portugal em Nova-Deli apresenta enérgico protesto e pede que três delegados, desarmados, possam entrar em contacto com as populações dos enclaves, o que é negado pela União Indiana em 28 de Julho, tendo esta anexado o território.

Na sequência dos acontecimentos de Dadrá, “... a 25 de Julho de 1954 é tentado um assalto à aldeia de Dapsi, no concelho de Nagar-Aveli, tendo os assaltantes sido repelidos por camponeses. Utilizando os mesmos processos que em Dadrá, Nagar-Aveli é também anexada ao território da União Indiana uns dias depois.

A 15 de Dezembro, Portugal recorre ao Tribunal Internacional de Justiça (Haia) face à anexação dos territórios em causa. A 12 de Abril de 1960, o Tribunal dá razão a Portugal, reconhecendo os direitos de soberania bem como os de passagem de Damão para os enclaves. A União Indiana faz "orelhas moucas" e a situação mantém-se inalterável.

Após o ataque, em 25 de Abril de 1961, ao Posto da Polícia de Betim, perto de Pangim, a União Indiana anexa formalmente Dadrá e Nagar-Aveli, em manifesto desrespeito pela decisão do Tribunal.”<sup>34</sup>

Na noite de 17 para 18 de Dezembro de 1961 a União Indiana invade Goa e põe fim a 450 anos de presença portuguesa na Índia, iniciada por Vasco da Gama em 1498.

É o prenúncio do princípio do fim do ciclo do Império.

<sup>33</sup> Carlos Alexandre Morais, *A queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativo*, pg. 15.

<sup>34</sup> Nuno Lemos Pires (Capitão), *Roteiro Histórico da EPI*, pg. 76.



### III. O EXÉRCITO NOS ANOS 50

No início da década de 50, a organização militar e territorial do Exército Português era ainda a resultante da reorganização de 1937<sup>35</sup>.

Esta reorganização, conduzida numa altura em que a situação política em Espanha se encontrava bastante conturbada<sup>36</sup>, teve como reflexo uma nova divisão do território continental<sup>37</sup>, uma nova organização das Armas e Serviços, novos tipos de unidades, estabelecimentos e órgãos, a fixação dos quadros e efectivos do Exército e ainda, o estabelecimento do número, identificação e localização definitiva das unidades, que se mantiveram quase sem alteração até ao início dos anos 60.

No entanto, a principal característica a salientar é a de que efectivamente existiam dois exércitos distintos. O exército metropolitano, subordinado, em tempo de paz ou de guerra, ao Ministério da Guerra e com a responsabilidade da defesa do território da metrópole, e o exército colonial, constituído pelas forças colocadas em cada uma das colónias, e que se encontrava na dependência do Ministério das Colónias, que, para o efeito, dispunha de uma Repartição Militar.

Contudo, ambos estavam sujeitos a princípios gerais orgânicos comuns e eram solidários na manutenção da integridade e na defesa da Nação, podendo ser empregues pelo governo, dentro ou fora do território, conforme as conveniências nacionais o exigissem.

Relativamente ao exército metropolitano, este compreendia dois tipos de unidades:

- *unidades de fronteira*, organizadas segundo o tipo das unidades de campanha, com efectivos, armamento, equipamento e instrução que garantissem condições de poderem entrar imediatamente em acção e de assegurarem a guarda e vigilância de pontos vitais do território nacional, em particular nas fronteiras;
- *unidades de linha*, organizadas parte em quadros parte em efectivos, armadas, equipadas e instruídas por forma a estarem em condições de poderem, entre outras atribuições, reforçar em efectivos as unidades de fronteira e aumentar o número de unidades, de maneira a permitir a constituição de grandes unidades<sup>38</sup>.

Subjacente a este dispositivo, transparece a ideia de se estabelecer uma vigilância junto à fronteira terrestre e uma acção de retardamento que permitisse ganhar tempo para que as

<sup>35</sup> Com base na Lei nº 1.960 de 1 de Setembro de 1937.

<sup>36</sup> Resultado da Guerra Civil iniciada em 1936.

<sup>37</sup> Constituíram-se quatro regiões militares e um governo militar, com sedes no Porto, Coimbra, Tomar, Évora e Lisboa, correspondendo a cada um dos arquipélagos da Madeira e dos Açores um Comando Militar.

<sup>38</sup> Constituídas por unidades de linha de diferentes regiões militares e com um Comandante a nomear.



chamadas unidades de linha se mobilizassem e se dispusessem por forma a suportar, na fase seguinte, o peso do combate.

Previa-se igualmente a possibilidade de envio, num curto prazo de tempo, de uma força expedicionária que deveria entrar na composição das forças militares em operações nas colónias.

Por seu lado, o exército colonial<sup>39</sup> era dirigido por oficiais e sargentos designados pela metrópole e as suas tropas eram em grande parte recrutadas e treinadas localmente.

Entretanto, durante a 2ª Guerra Mundial foi considerado conveniente que, enquanto a mesma durasse, fossem colocadas sob a autoridade do Ministro da Guerra todas as forças estacionadas nas colónias<sup>40</sup>. Uma vez terminado o conflito, entendeu-se que tinham cessado as circunstâncias que determinaram a subordinação conjunta ao Ministro da Guerra e é determinado o retorno á situação anterior<sup>41</sup>.

A unificação definitiva dos exércitos metropolitano e colonial só ocorre em 1949<sup>42</sup>, no sentido de resolver conflitos de jurisdição na administração, como os ocorridos durante a 2ª Guerra Mundial quando foram destacadas forças expedicionárias para as colónias, pelo que foi determinado que os serviços militares das colónias passavam para a dependência do Ministério da Guerra e que essa competência se exercesse através do Comandante Militar, quer sobre as forças ali constituídas, quer sobre as forças para ali destacadas, mas que essa acção teria lugar no respeito pelo princípio de que o Governador de cada Província Ultramarina, como representante local do Governo da Nação, era o primeiro responsável pela condução da política de defesa adoptada em cada território<sup>43</sup>, para o que passava a dispor de um Conselho de Defesa Militar<sup>44</sup>.

Esta alteração e as subsequentes são já decorrentes da integração de Portugal na OTAN e da influência que esta aliança teve no pensamento militar português.

### III.1. O efeito OTAN

A entrada de Portugal para a OTAN teve um elevado significado não só militar, ao originar um conjunto de profundas mudanças estruturais e funcionais nas FA, como também político, com a reinserção do país no sistema internacional e o moldar de uma nova política de defesa.

<sup>39</sup> Com uma composição em tempo de paz definida pelo Decreto nº 29.686 de 14 de Junho de 1939.

<sup>40</sup> Decreto-Lei nº 32.157 de 21 de Julho de 1942.

<sup>41</sup> Decreto-Lei nº 36.071 de 30 de Dezembro de 1946.

<sup>42</sup> Decreto-Lei nº 37.542 de 2 de Setembro de 1949.

<sup>43</sup> De acordo com a directiva conjunta do Ministro da Defesa Nacional e do Ultramar.

<sup>44</sup> Criados pela Lei nº 2.051 de 15 de Janeiro de 1952, nos casos de Angola, Moçambique, Índia e Macau.



No novo cenário do sistema político internacional, marcado pelo bipolarismo, esta adesão constituiu-se igualmente como um importante veículo de aproximação político-estratégica a uma das superpotências, os EUA e confirmou Portugal como o principal interlocutor ibérico junto dos poderes que dominavam o Atlântico.<sup>45</sup>

No entanto, a entrada na OTAN é igualmente encarada com fortes reservas pelo país, pois teme-se a maior dependência em relação aos EUA, e o que ela representa em relação a África. Nesse sentido é entendida como um mal necessário, pois por um lado assegura a aproximação possível com os EUA, permitindo criar uma alternativa parcial às funções seculares da Aliança inglesa, numa altura em que esta tinha perdido a sua eficácia, por outro, é a única forma de conseguir a modernização das Forças Armadas e da estrutura de defesa.

Efectivamente, a opção de Portugal ao manter a neutralidade na 2ª Guerra Mundial e o seu afastamento da comunidade internacional, entre o final da guerra até à sua entrada para a OTAN em 1949, fez com que se registasse um atraso relativamente aos nossos Aliados, não só ao nível dos meios e equipamentos, mas também na organização e doutrina.

Os EUA aproveitam a OTAN para levar o nosso país a assinar os acordos bilaterais de defesa de 1951 e, dessa forma, a remodelar as nossas FA. A rápida modernização registada nos anos 50, implicou uma evolução técnica das FA e da estrutura de defesa. Através da ajuda militar americana, iniciada em 1951<sup>46</sup>, Portugal acede a uma série de tecnologias pós-2ª Guerra Mundial, que vem alterar não só os aspectos operacionais de emprego, como também formas organizativas, níveis de formação e de treino específicos. Para responder aos requisitos tecnológicos dos novos equipamentos, são formados técnicos em novas especialidades chave.<sup>47</sup>

Os seus efeitos nas FA são imensos e a todos os níveis.

Em primeiro lugar, muda a própria articulação com o poder político, uma vez que se torna necessário criar um conjunto de organismos de coordenação da política de defesa.

Neste contexto é criada a figura de Ministro da Defesa Nacional o qual tinha como órgão de execução e de estudo um Secretariado Geral de Defesa Nacional<sup>48</sup>, dirigido por um Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), mantendo-se os Ministérios do Exército e da Marinha. Em 1952, com a criação do Ramo da Força Aérea, resultante da

---

<sup>45</sup> António Telo, *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica. 1949-1999*, pg. 71.

<sup>46</sup> Canalizada através da Military Assistance Advisory Group (MAAG).

<sup>47</sup> O Exército veio a verificar que uma única divisão moderna tinha mais técnicos nas especialidades-chave que os existentes no conjunto das Forças Armadas.

<sup>48</sup> Órgão criado em 1935 como órgão de trabalho do Presidente do Conselho para questões de Defesa Nacional, passa em 1950 para o Ministério da Defesa Nacional.



extinção das Aeronáuticas do Exército e da Marinha é criada a Sub-Secretaria de Estado da Aeronáutica.

Com vista a melhorar a integração político-militar e de defesa, são revistos o Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), que em tempo de guerra passaria a assumir os poderes e desempenharia as atribuições próprias do Conselho de Ministros em tudo quanto respeitasse à direcção estratégica da guerra e à eficiência das forças armadas, e o Conselho Superior Militar (CSM), órgão de consulta do Ministro da Defesa<sup>49</sup>.

Em segundo lugar, muda por completo o conceito de defesa militar do país. Antes, pensava-se em FA com a tónica num exército de massas<sup>50</sup>, virado para a actuação na Península<sup>51</sup>. Depois da entrada na OTAN, é introduzido um novo conceito de defesa, alterando o anterior, datado de 1945. Este novo conceito preconizava o emprego de uma força moderna, de menores dimensões e com o ênfase na defesa da Europa para lá dos Pirinéus. A participação de forças nacionais no teatro de operações europeu passa assim para primeiro plano. As forças do Ultramar são concentradas nas capitais de província, de modo a poder reforçar o continente em caso de guerra, ou seja, o contrário do esquema anterior.

Em terceiro lugar, ascende rapidamente aos postos mais elevados uma geração de oficiais<sup>52</sup> que passa, em larga medida, por cursos e estágios no estrangeiro. São oficiais com conhecimento técnico muito superior aos do passado, com clara admiração pela eficácia dos métodos de comando e de organização dos americanos.

O contacto que estes efectuaram com os aliados ocidentais, possibilitou a aquisição de um conjunto actualizado de conhecimentos militares, os quais vieram dar um forte impulso às reestruturações em curso.

Foi igualmente durante este período que se desenvolveu todo o processo de criação e levantamento da 3ª Divisão (Divisão Nun' Álvares), desde a determinação das especialidades

---

<sup>49</sup> O CSDN foi criado em 1911 e o CSM em 1935.

<sup>50</sup> O Ministro Santos Costa fez aprovar um plano em que se prevê a formação do equivalente a 10 Divisões de Infantaria e 1 Divisão Blindada em caso de mobilização, com outras 5 divisões pior equipadas para funções de defesa territorial, afirmando Portugal possuir capacidade de mobilização de 557.000 homens, ou seja, a maior força que o país tinha pensado formar ao longo dos seus oito séculos de existência.

<sup>51</sup> Através do Pacto Ibérico, reafirmado no pós-2ª guerra mundial, previa-se a colaboração na defesa da península, em virtude de ser convicção dos Estados-Maiores Ibéricos que, no cenário de uma nova guerra na Europa, as forças soviéticas só seriam detidas ao longo dos Pirinéus, pois não seriam as divisões existentes na Europa Ocidental que lhes resistiriam. Assim, os planos conjuntos de defesa dos Pirinéus previam o envio de uma força expedicionária portuguesa, responsável pela Zona Oeste, na região do país basco.

<sup>52</sup> Grupo de militares, a que a história passou a designar por “Geração NATO” e que iriam ser responsáveis pela condução da guerra em África, aplicando as novas metodologias, modelos organizacionais e técnicas militares indispensáveis ao planeamento e condução de operações.



necessárias, até aos exercícios de preparação operacional com Infantaria, Carros de Combate e Artilharia.

Esta mudança na filosofia de organização reflectiu-se num exército reformulado, tendo-se modificado o suficiente para se parecer bastante com a estrutura militar dos EUA, ou seja, um exército convencional treinado e equipado para combater as forças soviéticas na Europa.

Esta modernização incluiu ainda a construção de uma infraestrutura nacional melhorada e a aquisição de novo armamento para ser utilizado na Europa, conforme o compromisso com a OTAN. Teve também o efeito de desenvolver a competência do Exército nos processos operacionais de uma guerra moderna. A aquisição de novos procedimentos, equipamento e instalações colocou-o praticamente em pé de igualdade com os seus congéneres.

O esforço do Exército era agora, claramente, na Europa e não nas colónias.

### III.2. A reorganização de 1959

Em 1956, com a crise no Suez<sup>53</sup>, o Governo português constata que os poderes europeus deixaram de ter força internacional e que a política norte-americana relativa aos Impérios coloniais estava a evoluir no sentido contrário ao de Portugal, favorecendo o aumento dos nacionalismos em África.

A Inglaterra, por seu lado, muda igualmente a sua política para África e MacMillan começa a falar dos ventos de mudança que varrem o continente.

A percepção resultante destes acontecimentos leva a que o Governo Português reveja a sua política de defesa, originando uma mudança visível a partir de 1956.

Portugal começa então a afastar-se da Inglaterra e dos EUA e inicia uma aproximação à França e República Federal da Alemanha (RFA), os quais irão ser os seus principais apoios no conflito que se encontrava prestes a deflagrar, passando, nomeadamente, a ser estes os fornecedores preferenciais de equipamentos militares para as Forças Armadas Portuguesas<sup>54</sup>. Os EUA acabam por cessar a sua ajuda militar a Portugal, atitude que irá ter reflexos não só ao nível da operacionalidade das FA, como também no orçamento do Estado uma vez que os equipamentos norte-americanos, além de serem melhores do que aqueles disponibilizados

<sup>53</sup> Na crise do Suez de 1956 as Forças Anglo-Francesas são obrigadas a retirar do Egipto sob pressão americana e russa. É um acontecimento importante porque pela primeira vez os EUA alinham com a URSS contra os seus dois principais aliados europeus (França e Inglaterra), marcando a posição de Washington face a qualquer tentativa dos países europeus constituírem uma estratégia autónoma a partir das vantagens conferidas pelos seus antigos Impérios.

<sup>54</sup> Entre outro material destaca-se, de França, as aeronaves T-6 e Nordatlas, os helis Allouette e Puma, as viaturas Berliet, AML, EBR-75, etc. Da Alemanha chegam as aeronaves DO-27, Nordatlas e Fiat G-91, o armamento ligeiro, do qual grande parte é fabricado em Portugal sob licença (G-3, Walther, HK-21), etc.



pelos franceses e alemães, eram mais baratos pois podiam ser obtidos ao abrigo da ajuda militar.

Em 1957, começam-se a tomar as primeiras medidas para o reforço militar das colónias e, no ano seguinte, inicia-se uma nova reorganização militar, materializada pela aprovação dos DL n° 41.559 e 41.577.

Com esta reorganização, os quadros e os efectivos são muito aumentados e as forças ultramarinas deixam de ter como objectivo reforçar a metrópole em caso de guerra, como era a anterior filosofia. Este novo conceito permitia ainda que as unidades militares das colónias fossem dispersas e deixassem de estar concentradas nas capitais e previa o envio de forças expedicionárias ou quadros para o ultramar, em períodos de serviço de três anos.

Intensifica-se igualmente, desde 1958, o envio de oficiais portugueses para frequentar cursos de contra-guerrilha no estrangeiro. Acontece no entanto que os EUA não apoiam esta iniciativa, pelo que é reduzido o seu número. Enquanto que no início da década partiam, anualmente, centenas de oficiais, agora contam-se pelos dedos de uma mão os que são enviados para o estrangeiro. Vão igualmente para centros muito diversos, o que significa que não têm formação comum nem iniciam uma escola. Mais tarde, os EUA aceitam, relutantemente, que um pequeno número de oficiais frequente as suas escolas de operações especiais na Carolina do Norte e no Sul da Alemanha (um centro OTAN), mas sempre em pequeno número.

Todos estes elementos são manifestação da mudança das prioridades na política de defesa, que é já real, mas ainda não é oficial. Só se torna oficial em Agosto de 1959, quando o Conselho Superior de Defesa Nacional discute, em duas reuniões, um conjunto de textos preparados pelo ministro da Defesa, Botelho Moniz, e por Salazar. Esses textos são aprovados e resumidos em memorando assinado por Botelho Moniz. Esse documento começa logo por esclarecer que os compromissos com a OTAN vão ser colocados em segundo plano, ao referir que “... se devem evitar cuidadosamente novos compromissos que envolvam mais encargos financeiros, mas honrar os já assumidos”<sup>55</sup>. Também os acordos de defesa com a Espanha são colocados em plano secundário, pois devia-se “... manter as ligações militares com a Espanha com vista à defesa dos Pirinéus, mas considerando-as mais como elemento de reforço e apoio da política do que atinentes ao concerto de uma efectiva e eficaz defesa”<sup>56</sup>. Numa penada, são afastadas como assuntos menores as duas principais

---

<sup>55</sup> Aniceto Afonso et al., *Guerra Colonial*, pg. 33.

<sup>56</sup> *Ibidem*.





preocupações no campo da defesa nos últimos dez anos. Agora, a preocupação era a de aumentar, na medida do possível, o esforço de defesa do Ultramar.

Dois diplomas legislativos irão marcar esta renovação do Exército, nomeadamente o DL 42.564 de 7 de Outubro de 1959, que tratou em particular da organização geral do Ministério do Exército<sup>57</sup>, definindo igualmente ao Exército uma missão global<sup>58</sup>, muito mais realista, e o DL 43.351 de 24 de Novembro de 1960, que marcou o arranque da reorganização territorial propriamente dita, fixando uma nova divisão do território metropolitano<sup>59</sup> em regiões militares<sup>60</sup>, e a dos territórios de Angola<sup>61</sup> e Moçambique<sup>62</sup> em comandos territoriais.

Estamos, pois, em fins de 1959, perante nova mudança oficial da política de defesa, a terceira grande inversão desde a 2ª Guerra Mundial. Em 1945, tinha-se colocado a tónica numa força terrestre virada principalmente para a defesa estática dos Pirenéus e a manutenção dos regimes ibéricos. Com a adesão à OTAN, passou a ser privilegiada, de forma algo relutante, a defesa da Europa além-Pirenéus. Em 1959, a tónica passa a ser colocada de forma clara na defesa das colónias, muito especialmente da Guiné, Angola e Moçambique.

Em resumo, a década de 50 representou para o Exército um período de grande modernização, quer ao nível das mentalidades quer da doutrina, dos meios e da organização. No entanto, novo desafio surgia no horizonte o qual iria obrigar o Exército a um novo esforço.

<sup>57</sup> C.f. Anexo G (ORGANIZAÇÃO DOS RAMOS DAS FA).

<sup>58</sup> Artigo 1º, do Decreto-Lei nº 42.564, de 7 de Outubro de 1959: O Exército tem por missão fundamental cooperar, como força militar terrestre, na manutenção da liberdade, integridade e independência da Nação, competindo-lhe assegurar a defesa terrestre do território nacional metropolitano e ultramarino, contra qualquer agressão externa ou interna; cooperar com as forças navais e aéreas, em especial na defesa da costa e do espaço aéreo; desempenhar as missões que lhe sejam atribuídas em consequência de compromissos internacionais assumidos pela Nação; ministrar à população válida da Nação, que lhe é destinada instrução militar e valorizá-la pela elevação do seu nível intelectual, moral e físico; e colaborar em actividades relacionadas com o desenvolvimento e progresso dos territórios nacionais, em particular no que se refere ao Ultramar, servindo como elemento civilizador das populações indígenas.

<sup>59</sup> C.f. Anexo H (ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL METROPOLITANA EM 1960).

<sup>60</sup> Extinguem-se as RM de Coimbra e Évora.

<sup>61</sup> C.f. Anexo I (ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE ANGOLA EM 1960).

<sup>62</sup> C.f. Anexo J (ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE EM 1960).



#### IV. A DOCTRINA

No início da década de 60, Portugal enfrentava duas ameaças à sua Segurança:

- a Guerra Fria, marcada pelo confronto ideológico e pelo vector nuclear e;
- os “Movimentos de Libertação” no Ultramar, que reclamavam o direito à autodeterminação e à independência.

Efectivamente, tinham já sido referenciadas, desde 1952, organizações clandestinas que visavam a independência da Guiné e de Angola, as quais beneficiavam de apoio vindo dos territórios vizinhos.<sup>63</sup>

Apesar dos responsáveis político-militares minimizarem esta ameaça, considerando-a como virtual face à tensão que se vivia na Europa, a qual se constituía como uma ameaça real,<sup>64</sup> a atitude da União Soviética de defesa dos chamados “povos oprimidos”, passando assim a constituir uma ameaça que já não se circunscrevia à Europa nem era só militar e directa, mas também indirecta e subversiva<sup>65</sup>, leva a que só a partir de Janeiro de 1959 é que se altere a prioridade do nosso esforço militar, passando da Europa para o Ultramar<sup>66</sup>.

No entanto, o Exército, prevendo o despoletar de acções subversivas no Ultramar, havia já iniciado um conjunto de acções no sentido de se preparar para um conflito de características completamente diferentes daquelas para as quais estava preparado.

Neste capítulo iremos descrever as origens e a metodologia do esforço que o Exército Português desenvolveu na elaboração da sua doutrina de contra-subversão, analisá-la quanto à sua relevância e aplicabilidade á situação colonial, bem como caracterizar o seu processo de produção e disseminação, com especial destaque para o papel desempenhado pelo IAEM.

Importa desde já salientar que o desenvolvimento da doutrina foi o reflexo de um conjunto de influências que vão desde a experiência em operações africanas, e do consequente conhecimento do terreno e das populações, até à observação e estudo de um conjunto de conflitos recentes, de que se destacam as disputas da França na Argélia (1954-1962) e da Grã-Bretanha na Malásia (1948-60), no Quénia (1952-60) e em Chipre (1955-60), os quais serviram como sinais de aviso do advento do conflito no Ultramar e que proporcionaram ao Exército a oportunidade de estudar a teoria e os princípios da guerra subversiva e de observar

---

<sup>63</sup> Guiné Francesa e Congo Belga, respectivamente.

<sup>64</sup> Em Portugal a posição dominante era a da inevitabilidade e da iminência da 3ª Guerra Mundial.

<sup>65</sup> Materializada no suporte ideológico e apoio financeiro e militar.

<sup>66</sup> Conforme consta do documento intitulado Política Militar Nacional (elementos para a sua definição) de Abril de 1959, citado por General Chito Rodrigues, *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*, pg. 101.



e analisar as perspectivas dos franceses e dos britânicos acerca deste tipo de conflitos, no sentido de aperfeiçoar a sua própria compreensão do assunto.

Do esforço desenvolvido pelo Exército resultou que em 1961, quando deflagrou a violência subversiva em Angola, já existia, ainda que incipiente, uma doutrina de contra-subversão. Os conceitos e práticas desta doutrina preliminar haviam sido testados no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego e, posteriormente, nos primeiros meses do conflito angolano.

Após um período de aperfeiçoamento dá-se a publicação formal, em 1963, do manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”, revisto em 1966, o qual veio a constituir a doutrina de contra-subversão do Exército para as campanhas do Ultramar (1961-74).

## **IV.1. A produção da doutrina**

### **IV.1.1. A preparação**

A preparação do Exército Português para o conflito tem início com algumas iniciativas levadas a cabo ainda durante a década de 50, as quais vieram lançar os fundamentos para a elaboração da sua doutrina de contra-subversão, destacando-se:

- a obtenção de manuais franceses e ingleses de contra-subversão;
- o envio, em 1958-59, de cinco oficiais para o Intelligence Centre of the British Army (*Centro de Informações do Exército Britânico*), em Maresfield Park Camp, afim de frequentarem cursos de informações na School of Military Intelligence, os quais continham uma sólida componente sobre guerras subversivas, uma vez que os britânicos tinham sido fortemente influenciados pelas suas experiências na Malásia, no Quênia e em Chipre;
- em 1959 e 1960<sup>67</sup>, o convite a oficiais estrangeiros com experiência neste tipo de conflitos, para proferir conferências sobre guerra subversiva no IAEM;
- em 1959, a frequência por um oficial de um curso de acção psicológica na Escola Militar de Paris;
- no mesmo ano, o estágio de um grupo de seis oficiais durante quinze dias no Centre d’Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla (*Centro de Instrução de Pacificação e Contra-Guerrilha*) do Exército francês, em Arzew na Argélia;

---

<sup>67</sup> Coronel Pierre Closterman de França e Tenente Coronel Montgomery da Grã-Bretanha.



- a criação, em 1960 do CIOE, destinado essencialmente à preparação de oficiais e sargentos para enquadrarem unidades adaptadas à contra-guerrilha, no âmbito de uma guerra subversiva;
- ainda em 1960, a preparação no CIOE de quatro Companhias de Caçadores Especiais (CCaçEsp)<sup>68</sup>, as quais são enviadas para Angola (três) e Moçambique (uma);
- no período de 1959-60, as palestras feitas no comando da Região Militar de Angola (RMA) por alguns oficiais que, tendo estagiado na Argélia, para ali haviam sido destacados em comissão de serviço, e numa fase posterior a publicação de um Boletim Militar, onde se procurava dar, em especial aos quadros, noções do que eram as guerras revolucionária e subversiva e mentalizar todos para a importância e necessidade da acção psicológica sobre as populações, sobre o inimigo e sobre as nossas tropas;
- em Abril de 1961, após a decisão da intervenção em força em Angola, a deliberação de difundir rapidamente a todos os quadros a doutrina seguida no CIOE, para o que foram constituídas equipas itinerantes com os instrutores e monitores deste Centro, os quais se deslocaram a outros centros de instrução, para ministrarem estágios<sup>69</sup> acelerados aos quadros mobilizáveis.<sup>70</sup>

Com o início das hostilidades em 1961, o esforço do Exército centrou-se na condução, no CIOE, de estágios sobre guerra subversiva para os quadros das unidades e dos comandos mobilizados para o Ultramar, e em introduzir nos currículos das escolas e institutos militares (Academia Militar (AM) e IAEM) e mais tarde, nos centros de instrução, matérias relativas ao tema da guerra subversiva.

No entanto, era evidente uma enorme falta de experiência porque, com excepção das referidas quatro CÇaçEsp, as unidades chegadas a Luanda em 1961 tinham, de um modo geral, conhecimentos escassos sobre guerra subversiva e tática de contra-subversão, pelo que, foram proferidas palestras informativas por oficiais que haviam participado nas primeiras operações em Angola, as quais se revelaram de grande utilidade.

<sup>68</sup> Constituídas por praças escolhidas pela sua robustez e desembaraço, tendo como unidade mobilizadora o BC5 onde haviam recebido a primeira parte da instrução. No CIOE foi-lhes ministrada preparação técnico-táctica, na base de acções de guerrilha e contra-guerrilha e de treino de pontaria instintiva, bem como de acção psicológica, esta última toda virada para o contacto com as populações africanas.

<sup>69</sup> Estes estágios consistiam na apresentação das características da guerra subversiva e na demonstração de procedimentos e esquemas tácticos próprios da guerrilha e da contra-guerrilha.

<sup>70</sup> *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, pp.136-137.



## IV.1.2. As influências doutrinárias

### IV.1.2.1. A influência inglesa

No período compreendido entre 1945 e 1960, a Grã-Bretanha esteve envolvida em campanhas na Palestina, na Malásia, no Quênia e em Chipre<sup>71</sup>. A condução destas campanhas não se baseou na doutrina convencional, mas sim “... em certos princípios da lei comum inglesa e na experiência política:

- as desordens eram suprimidas com um mínimo de força;
- as contra-subversões bem sucedidas tinham dependido de uma estreita cooperação entre todos os ramos do governo civil e das forças armadas, e tal coordenação fora da responsabilidade de uma só entidade;
- as contra-subversões bem sucedidas dependeram de boas informações, e a sua recolha e verificação foi coordenada por uma só autoridade.
- as contra-subversões bem sucedidas requeriam a adopção de pequenas unidades tácticas altamente descentralizadas de modo a derrotar as tropas irregulares.”<sup>72</sup>

Posteriormente estes princípios foram harmonizados e incorporados, em 1960, numa doutrina formal de contra-subversão. Os doutores Hoffman e Taw<sup>73</sup> argumentam no seu estudo da doutrina britânica da contra-subversão que os dois principais factores que aumentaram as dificuldades na experiência britânica foram:

- primeiro, a demora em identificar ou reconhecer as hostilidades, e a oportunidade que tal atraso dava aos insurrectos para conseguirem apoio sem oposição e desenvolverem a sua acção;
- segundo, a posição desvantajosa das tropas do governo devido a um défice de treino e equipamento adequados para conflitos de baixa intensidade.

Quando o grupo de cinco oficiais frequentou o Curso de Informação em Maresfield Park Camp, as experiências britânicas em contra-subversão começavam precisamente a fazer parte do currículo das várias escolas. Os cenários das doutrinas britânicas na Malásia e no Quênia constituíram assim referências-chave para o Estado-Maior do Exército (EME)<sup>74</sup>, tendo como características mais salientes o incorporar os princípios da violência mínima, a relevância da cooperação civil-militar (CIMIC), a importância da coordenação das informações e as operações com pequenas unidades (PU). Estes princípios correspondiam ao desejo do

<sup>71</sup> Exceptuando-se o caso da Palestina, estas campanhas do pós-2ª Guerra Mundial foram bem sucedidas.

<sup>72</sup> John P. Cann, *Contra-Insurreição em África, 1971-1974. O modo português de fazer a guerra*, pp. 71-72.

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> *A Conduta das Operações Antiterroristas na Malásia*, QG de Kkuala-Lumpur, 1952; *Guia para as Operações Antiterroristas no Quênia*, QG de Nairobi, 1954.



Exército de uma abordagem eficaz e pouco dispendiosa à contra-subversão, e que fosse apropriada, quer aos seus meios, quer às circunstâncias das colónias.

No regresso, dois destes cinco oficiais, os capitães Pedro Cardoso e Renato Marques Pinto, foram nomeados como docentes do IAEM. O capitão Cardoso trouxe de Inglaterra o manual “*Keeping the Peace - Duties in Support of the Civil Power*”, que foi por si traduzido e pelos capitães Marques Pinto e Remígio dos Santos. O volume tratava, de um modo geral, das subversões como um problema inspirado pelo comunismo, progredindo da subversão à apreensão de áreas fundamentais e incluía as lições extraídas da experiência britânica na Malásia. Estando completa esta tradução, que serviu como livro didáctico, o estudo da guerra subversiva e o apoio das autoridades civis passaram a constituir matérias ministradas nos cursos de oficiais superiores de 1958-59. Se bem que anteriormente tivessem sido elaborados estudos sobre teorias da guerra subversiva como parte do currículo de política soviética, esta iniciativa marcou o início da formação dos oficiais em guerra subversiva.

#### **IV.1.2.2. A experiência francesa**

A seguir ao colapso da França na Indochina (1946-1954), foi formulado por um grupo de oficiais experientes o conceito de “*guerre révolutionnaire*”, constituindo aspectos relevantes desta teoria os seguintes:

- o argumento de que forças em número inferior conseguiriam derrotar um exército convencional se conseguissem o apoio tácito da população da zona de contestação;
- a força de um comando político-militar verdadeiramente unificado, facto sustentado na experiência com os insurrectos na Indochina, argumentando assim que a mesma estrutura devia também fazer parte das forças de contra-subversão;
- o impacto da guerra psicológica, pelo que esta dimensão deveria ser explorada de modo a reforçar a coesão ideológica das forças governamentais civis e militares e opor-se à ideologia inimiga;
- a coordenação das informações e as operações com pequenas unidades.

Comparativamente com a doutrina britânica, a doutrina francesa omitia o princípio da violência mínima e, embora os franceses também possuíssem recursos limitados, a sensibilidade com os custos não fazia igualmente parte consciente do seu pensamento doutrinário.

Em 1959 foi enviada para a Argélia uma missão de seis oficiais, chefiados pelo major Joaquim Franco Pinheiro. Estes oficiais passaram 15 dias no Centre d'Instruction de



Pacification et Contre-Guerrille<sup>75</sup> em Arzew, na província de Oran, onde fizeram um estágio de instrução com cerca de 200 oficiais franceses. Fundado em 1956, o Centro organizava um programa de 12 dias com vista à preparação dos oficiais para as suas posições de comando na Argélia. Depois desta instrução, foram enviados dois oficiais para cada um dos três organismos franceses estacionados na Argélia, durante um mês. No seu regresso a Portugal, redigiram um relatório sobre as suas experiências e observações de insurreição e guerra subversiva, tendo encontrado semelhanças entre a Argélia e a África portuguesa e ficado particularmente interessados pelas operações psicológicas francesas, apercebendo-se das vantagens imediatas da sua aplicação na África portuguesa.

#### **IV.1.2.3. A doutrina americana**

Os EUA tiveram pouca influência na elaboração da doutrina portuguesa de contra-subversão e no desenvolvimento de “*O Exército na Guerra Subversiva*”. Apesar de surgirem como referências no manual<sup>76</sup>, foram de pouca utilidade na medida em que a doutrina americana tinha a particularidade de incluir a contra-subversão numa estrutura de guerra convencional. Efectivamente, esta doutrina não seguia o princípio segundo o qual as operações de contra-subversão se deviam basear na protecção da população, premissa esta que contrariava a aplicação maciça do poder de fogo de uma guerra convencional. O poder de fogo maciço, que tão útil fora aos EUA para vencerem na 2ª Guerra Mundial e na Coreia, era assim completamente desadequado para um conflito em que o inimigo se confundia com a população e que, segundo as práticas convencionais de guerra, resultaria em ambos se transformarem em alvos. O uso indiscriminado do poder de fogo fazia perigar a população e aterrorizava as pessoas que o governo tentava conquistar. Ambas as modalidades tendiam a afastar o soldado do contacto significativo com a população, e, portanto, a reduzir a sua eficácia na conquista da confiança desta e em conseguir ganhar a sua lealdade.

#### **IV.1.3. O papel do Instituto de Altos Estudos Militares**

O desenvolvimento e disseminação da doutrina portuguesa de contra-subversão contou com a contribuição, formal e informal, de um conjunto variado de órgãos militares. Os EEM, como o IAEM, certos comandos, como o QG da RMA, e publicações oficiais, como a *Revista*

---

<sup>75</sup> Centro de Instrução de Pacificação e Contra-Guerrilha.

<sup>76</sup> FM 31-21, *Guerra de Guerrilhas e Operações de Forças Especiais*; FM 72-20, *Operações na Selva*; FM 33-5, *Operações de Guerra Psicológica*; FM 19-15, *Perturbações Cívicas e Calamidades*.



*Militar*, o *Boletim Militar do Exército*, o *Boletim do Estado-Maior*, o *Jornal do Exército*, entre outros, são alguns dos exemplos ilustrativos.

A doutrina em si foi escrita pelo Estado-Maior do Exército e promulgada por esse mesmo organismo. Os EEM, por seu lado, assumiam particular importância na medida em que inculcavam a memória doutrinária em todos os intervenientes bem como o método correcto da sua aplicação prática e ainda, a sua disseminação obtida através da rotação dos oficiais que frequentavam os diferentes cursos.

O IAEM teve, neste particular, um papel relevante e fundamental porque, através do seu corpo docente e discente (em particular o do Curso de Estado-Maior (CEM)), esteve na génese e no desenvolvimento da doutrina de contra-subversão.

O envolvimento do IAEM inicia-se por volta do final dos anos cinquenta quando, com a subida de Fidel Castro ao poder, em Cuba, e o apadrinhamento das insurreições em África pela União Soviética, são incluídos no currículo do CEM estudos sobre a política soviética.

Em 1959, dá-se início a uma série de trabalhos elaborados pelo CEM sobre a temática da guerra subversiva de que importa destacar:

- *Guerra Subversiva*, CEM 1959/60;
- *Instruções para o emprego das FA em apoio da Autoridade Civil*, CEM 1960/61, resultante da adaptação do regulamento britânico “*Keeping the peace – Duties in Support of the Civil Power*” de 1957;
- *Técnica de Estado-Maior em Guerra Subversiva*, CEM 1960/61;
- *Estudos Históricos sobre a Guerra Subversiva*, CEM 1960/61, elaborados no âmbito da cadeira de História Militar e que versaram, entre outros assuntos, o estudo dos movimentos emancipalistas em África;

Por esta altura, o tenente-coronel Artur Henrique Nunes da Silva, que se encontrava colocado no Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e que era também professor do CEM, lera já o relatório sobre a Argélia e os documentos franceses que o acompanhavam. Este desenvolvimento foi oportuno, uma vez que o tenente-coronel Nunes da Silva frequentara o «Cours Supérieur de Guerre» da Escola Superior de Guerra, em Paris, de 1958 a 1960 e durante o qual foi ministrada uma disciplina de Guerra Subversiva.

Trabalhando com o CEM de 1961-62, constituído por cerca de trinta oficiais, e utilizando documentos e informação adicionais provenientes principalmente do QG da RMA, elaborou a publicação “*Apontamentos para o Emprego das Forças Militares em Guerra Subversiva*”.





Terminado este documento, o tenente-coronel Nunes da Silva entregou o projecto ao EME, onde o manual de doutrina “*O Exército na Guerra Subversiva*” foi produzido por fases até à sua conclusão em 1963.

Importa no entanto referir que, simultaneamente com as actividades desenvolvidas no IAEM, o CIOE desenvolvia igualmente alguns estudos que serviriam de base à instrução ministrada no mesmo. Assim, em 1961, é publicado o documento “*Apontamentos sobre o emprego tático das Pequenas Unidades (PU) na contra-guerrilha*”.

Outro trabalho igualmente de grande valia e influência na elaboração da doutrina foi a publicação “*Guerra Revolucionária*”<sup>77</sup>, da autoria do tenente-coronel Hermes de Araújo Oliveira, no qual este explicava os fundamentos modernos para a guerra subversiva numa perspectiva portuguesa, estabelecendo os princípios para a criação de “*O Exército na Guerra Subversiva*”. Deve-se no entanto acrescentar que, o seu título, bem como o conteúdo, foram profundamente influenciados pela teoria francesa da “*guerre révolutionnaire*”<sup>78</sup>.

#### **IV.2. “*O Exército na Guerra Subversiva*”**

A elaboração do Manual “*O Exército na Guerra Subversiva*” teve por finalidade garantir aos comandos das PU das Armas e dos Serviços um documento que os orientasse no cumprimento de qualquer das missões que lhes pudessem ser atribuídas no contexto de uma guerra subversiva.

Em obediência a essa finalidade o manual encontrava-se repartido em cinco volumes: I – Generalidades; II – Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas; III – Acção Psicológica; IV – Apoio às Autoridades Civas; e V – Administração e Logística.

O volume I (Generalidades) começa com uma definição de guerra subversiva e a descrição dos seus princípios e características, e no capítulo II refere-se à luta contra a subversão, os seus princípios, finalidades e formas de acção, fazendo ainda uma abordagem a aspectos particulares no Ultramar e às missões das forças militares na contra-subversão.

Este volume era de uma importância fundamental na medida em que a guerra subversiva, representava, para o militar português, um tipo de conflito inteiramente novo e diferente, que requeria uma reorientação quase completa das FA. Na guerra subversiva não se admitia qualquer hipótese de compromisso com um inimigo que procurava a completa substituição da

<sup>77</sup> Editada em 1960 com o patrocínio do Ministério do Exército.

<sup>78</sup> O Ten Cor Hermes Oliveira tinha visitado a Argélia ainda antes da delegação portuguesa chefiada pelo major Franco Pinheiro.



autoridade. Daí que a abertura didáctica fosse apontada não só como uma orientação para a guerra subversiva, mas também como uma referência essencial.

Conforme se encontrava definido no volume I, as missões das forças militares numa guerra subversiva eram as seguintes:

- combater os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares da subversão, executando *operações militares* defensivas e ofensivas;
- exercer uma *acção psicológica* e, como complemento desta, uma acção social sobre a população, contribuindo assim, directamente e dentro das suas possibilidades, para conservar ou reconquistar o apoio dessa população;
- dar *apoio às autoridades civis*, prestando-lhes informações, reforçando a acção da Polícia ou actuando em cooperação com ela na manutenção da ordem, garantindo o controle da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessário.

O desenvolvimento destas missões constituíam assim os volumes II, III e IV, respectivamente.

O último volume (Administração e Logística) versava sobre o apoio administrativo-logístico e a sua importância como factor preponderante na eficiência das forças militares e que na guerra subversiva era redobrada essencialmente por duas razões:

- o factor “moral das tropas” assumia um valor muito mais elevado e podia ser muito mais vincadamente afectado pelo bom ou mau funcionamento dos Serviços;
- o apoio administrativo-logístico de que as tropas dispunham tinha acentuados reflexos sobre o comportamento da população civil.

Existe, no entanto, um aspecto que se encontra presente ao longo dos cinco volumes e que diz respeito às relações entre os soldados e as populações que protegiam. Efectivamente, o soldado é encorajado a influenciar a população através da sua presença, acalmando-a e agindo como meio de prevenção contra o aumento da subversão. Dizem-lhe também que faz parte de uma operação psicossocial (*acção psicossocial*), durante a qual as suas capacidades militares e civis devem ser utilizadas voluntariamente com o objectivo de auxiliar a população. A sua presença era principalmente destinada a ganhar a confiança da população local e seguia o princípio da violência mínima durante a contra-subversão. Esta estratégia contrastava com a prática inicial francesa, chamada “*ratissage*” ou “*raking over*”, que aterrorizara a população da Argélia. Também contrastava com a prática dos EUA de dirigir as contra-subversões como um derivativo das guerras convencionais.

A elaboração da doutrina não ocorreu num só tempo. O procedimento adoptado foi o de que à medida que a doutrina ia sendo desenvolvida, ia também sendo ensinada e aperfeiçoada.



Cada um dos cinco volumes foi em primeiro lugar lançado numa versão preliminar e experimentalmente aplicado em Angola. Os volumes preliminares foram também ensinados nas Escolas Práticas das Armas, principalmente na Escola Prática de Infantaria (EPI), a qual teve um papel importante no desenvolvimento das pequenas unidades táticas e identificação do equipamento mais apropriado para o combate. A sua contribuição para os elementos da doutrina foi relevante, não apenas pelas lições adquiridas, pelas experiências e ensinamentos, mas também pela prática dos veteranos que regressavam do combate em Angola e que assumiam funções como instrutores.

A RMA, por seu lado, disponibilizava a experiência dos seus oficiais e as informações acumuladas desde o início do conflito, em particular acerca do comportamento dos guerrilheiros e respectivo método de combate, e acerca das táticas que tinham dado provas eficazes na luta contra aqueles. Esta experiência não só estava integrada na doutrina, como fazia também parte do currículo nas escolas práticas, para aqueles que eram mobilizados a fim de cumprirem serviço militar nas colónias.<sup>79</sup> Através deste processo, o Exército tentava reduzir o tempo normalmente requerido para o desenvolvimento de uma doutrina, processo que normalmente implicaria um aperfeiçoamento da experiência de combate a partir de diversas fontes e ao longo de muitos anos.

### IV.3. Aspectos salientes da doutrina

De uma forma sintética, podemos estabelecer quatro períodos na evolução, ou melhor. no desenvolvimento da doutrina de contra-subversão do Exército português:

#### **1º período - 1958/60 - contacto com as doutrinas:**

- contacto a nível militar com as doutrinas francesa e inglesa nascidas das guerras subversivas da Indochina, Argélia, Malásia e Quénia;
- criação, em 16 de Abril de 1960, do CIOE, para levar a efeito estudos de tática do Exército na contra-subversão e preparar quadros e unidades para este tipo de conflito;
- o IAEM e o CIOE como centros de estudos editam publicações para uso dos quadros do Exército que neles fazem cursos ou estágios;
- os interessados dispõem nas bibliotecas militares da publicação “*Guerra Revolucionária*”;

---

<sup>79</sup> De 1961 a 1963, em Angola, recolhe-se a “Experiência de todos para todos” e vão-se consolidando ensinamentos em técnicas e procedimentos operacionais.



## **2º período - 1961/63 - aplicação experimental da doutrina, em Angola:**

- os quadros militares actuam no início do conflito com os conhecimentos adquiridos num breve estágio no CIOE e em alguma eventual leitura feita no decorrer da organização da unidade mobilizada;
- as Escolas Práticas das Armas, especialmente a de Infantaria, dadas as acções serem específicas desta Arma, igualmente contribuíram com elementos de doutrina para ensino dos seus instruídos;
- ainda não há regulamentos: o Manual “*O Exército na Guerra Subversiva*” só será editado em 1963;
- é no início deste período que se faz a adaptação e posterior alteração da instrução das unidades a mobilizar, com vista a uma cada vez melhor preparação para o tipo de combate a enfrentar no ultramar;
- a RMA procura na experiência dos seus oficiais modos de proceder e ensinamentos práticos da guerra vivida de 1961 a 1963;

## **3º período - 1964/66 - aperfeiçoamento da doutrina:**

- o manual “*O Exército na Guerra Subversiva*” está à disposição das tropas;
- é emitido um despacho do Ministro do Exército, com data de 27 de Julho de 1966, definindo uma reestruturação do Curso de Altos Comandos (no IAEM), no qual se dá realce ao estudo da guerra subversiva, tendo em vista conseguir uma conveniente preparação, neste campo, dos oficiais destinados a cargos de comando ou chefia;
- com conhecimentos adquiridos no estágio no CIOE e em algum curso ou estágio no IAEM, os quadros militares, pautando os seus conhecimentos pelo manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”, podem actuar com inteira consciência doutrinária. Mas ainda falta experiência à grande maioria, pois alguns dos oficiais só neste período cumprem a sua primeira comissão em campanha no Ultramar;

## **4º período - 1967/74 - consolidação da doutrina:**

- em 1966 foi publicada a segunda edição do manual “*O Exército na Guerra Subversiva*” versando, de forma completa e adequada, todos os aspectos táticos deste tipo de conflito;
- os centros de estudo - IAEM, CIOE e agora também a AM - vão editando sucessivas e melhores publicações para uso escolar, quer táticas (geral e de cada uma das Armas), quer estratégicas;



- por estes centros de estudo vão passando, em estágios ou cursos, todos os oficiais, agora já com uma ou duas comissões em campanha;
- esta alternância da prática com a teoria promoveu a reflexão e conduziu à desejada e indispensável mentalização para este tipo de conflito;
- a nível da estratégia, e para efeitos escolares, são produzidos manuais no IAEM.<sup>80</sup>

Ao nível do conteúdo da doutrina, esta visava, quase exclusivamente, providenciar um guia para a conduta da infantaria ligeira, com pequenas unidades de patrulhas, as quais eram executadas rotineiramente por grupos de combate de trinta homens e que duravam em média quatro a cinco dias.

Efectivamente, esta conduta implicava estabelecer uma ampla quadrícula de unidades, a cada uma das quais era atribuída uma Zona de Acção (ZA). Dentro desta desempenhavam não apenas as suas acções militares, mas ainda uma continuada e ampla actividade psicossocial que procurava abranger todo o âmbito das necessidades das populações que nela viviam. Nos vários escalões, existiam tropas de intervenção à disposição dos comandos para actuar nas áreas em que a acção inimiga se revelasse mais activa.

Em Angola, logo em 1961, julgou-se também oportuno criar tropas especializadas em luta antiguerrilha, organizadas e treinadas nas condições reais de combate e mentalizadas para actuarem com grande eficácia e com menores efectivos do que as tropas normais. Assim nasceram, em 1962, os Comandos, treinados em contacto com o inimigo, e cujo emprego se generalizou aos três TO. Em breve se verificou ser vantajoso aumentar o número destas unidades. Algumas delas vieram depois a ser constituídas na sua quase totalidade por naturais, prática que teve especial dimensão na Guiné e em Moçambique.

Outras forças especiais de recrutamento local (nativos) como Tropas Especiais (TE), Grupos Especiais (GE), Grupos Especiais Pára-quedaistas (GEP), Flechas e Milícias, tiveram também uma actuação relevante.

A mobilidade das unidades assentava no homem a pé mas esta solução, apesar de constituir o modo mais importante e fundamental num cenário de contra-subversão, no qual o contacto com as populações constituía um objectivo importante, tinha algumas limitações.

Foram então adoptados como meios complementares, dois recursos que se vieram a tornar particularmente importantes, o helicóptero e o cavalo.

<sup>80</sup> *Subsídios para o Estudo da Doutrina aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, pp. 138-140.



Estes meios, que vieram aumentar a versatilidade, foram escolhidos em detrimento de soluções como as viaturas, uma vez que estas apresentavam as condicionantes de exigirem uma rede estradal e, simultaneamente, serem muito vulneráveis às minas.

Relativamente aos helicópteros, experimentados neste tipo de conflitos pela primeira vez pelos britânicos, tinham no entanto, as condicionantes do seu número escasso, do custo de aquisição, utilização e manutenção.

Quanto ao cavalo, este meio veio a provar ser de uma extraordinária adaptabilidade e utilidade, permitindo patrulhar extensas áreas e a um ritmo muito superior. Tinha igualmente um impacto psicológico que não era de desprezar.

A consciencialização da importância das informações, outra área determinante para o sucesso da acção contra-subversiva, levou a que se desenvolvesse um esforço de partilha de informação que resultou na criação de sistemas de informações locais integrados aos quais era atribuída a responsabilidade de reunir informações de todas as fontes e difundi-las de forma oportuna pelos devidos utilizadores.

O elemento chave destes sistemas era o contacto com as populações.

Os métodos utilizados compreendiam os reconhecimentos do terreno, efectuados por equipas de militares especialistas em informações apoiadas por pelotões de reconhecimento dos batalhões, os reconhecimentos aéreos, que complementavam os reconhecimentos terrestres e que tinham muita importância na localização da actividade dos guerrilheiros, a recolha de informações de guerrilheiros, documentos e equipamento capturados, a utilização de agentes e informadores infiltrados nas populações e, inclusive, nos movimentos nacionalistas, e ainda, guias e tradutores.

Este esforço de recolha de informações incidia, entre outras áreas, nos líderes políticos, no seu comando militar, nas suas forças, nas fontes de apoio, quer no interior quer no exterior das colónias, e sobre os seus planos operacionais e intenções.

Em resumo, foi compreendido claramente que o fluxo centralizado da informação era a chave para a contra-subversão e que esse fluxo viria principalmente da população.

Outra característica fundamental passava pelo objectivo de manter baixa a intensidade do conflito, de forma a evitar assustar a população e conter os custos. O contributo militar consistia em refrear a actividade violenta e em proporcionar segurança, para propiciar o processo político de reconquista da população, evitando a todo o custo o contacto dos guerrilheiros com a população.

Sendo uma guerra subversiva mais do que um conjunto de operações militares, uma acção conjugada entre estas e a actividade político-administrativa, com vista à conquista das



populações, foi preocupação principal, desde o início do conflito, estabelecer a coordenação entre os órgãos da hierarquia militar e os órgãos político-administrativos.

Esta dimensão social falava acerca da relação do militar com as populações e com o governo civil, e acerca das mensagens que deviam chegar à população.

As autoridades identificaram a dimensão social como sendo a chave para manter o Ultramar e, conseqüentemente, orientaram a doutrina, dividindo a dimensão social em duas partes:

- o apoio do Exército a actividades civis e;
- a divulgação destas actividades através de um programa de operações psicológicas.

O apoio à acção cívica era inicialmente limitado e centrava-se em fornecer informações, reforçar as operações da polícia ou actuar em cooperação com a mesma na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando os serviços essenciais, quando necessário<sup>81</sup>. Numa fase inicial deveria ser utilizado o Exército para manter a lei e a ordem e, por consequência, na doutrina salienta-se o tema principal do apoio e coordenação entre todos os elementos dos ramos civis, que eram inicialmente identificados como forças policiais, mas que mais tarde se expandiram de forma a cobrir toda a autoridade civil.

Como as subversões são em primeiro lugar guerras pela lealdade dos povos, existiam certos aspectos, para além da supressão da violência, a exigir atenção. O Exército devia executar um programa psicossocial em que os soldados oferecessem não só protecção local contra a intimidação dos guerrilheiros, mas também mão de obra para construir escolas, ensinar nas mesmas, prestar serviços médicos básicos, de saúde e de saneamento. Este trabalho requeria uma coordenação civil-militar da qual faziam parte conceitos e práticas particularmente estranhas ao militar, que encarava os seus deveres principalmente no contexto da guerra convencional - matar o inimigo. O Exército já se tinha apercebido dos benefícios desta forte coordenação civil-militar durante as suas visitas à Argélia e considerou fundamental adaptar estes princípios franceses ao funcionamento da sua doutrina. Esta foi assim ampliada para incluir os seguintes programas principais nas operações psicossociais do Exército:

- social: educação, assistência higiénica, desenvolvimento económico da agricultura e da criação de gado, melhoramentos das infra-estruturas locais;
- comunicações;
- autodefesa das localidades e aldeias,

---

<sup>81</sup> “O Exército na Guerra Subversiva, vol. IV - Apoio às Autoridades Civis”.



O segundo aspecto da dimensão social foram as operações psicológicas<sup>82</sup>, destinadas a divulgar os esforços sociopolíticos junto do alvo que era a população africana. As operações psicológicas eram encaradas como um importante instrumento de guerra, uma vez que se a atitude de um oponente pudesse ser influenciada favoravelmente, então a sua resistência física diminuiria. Para este efeito, em combinação com outras operações militares, diplomáticas ou sociais, a “*Psico*” actuava como uma «força multiplicadora», aumentando o resultado destas operações sobre o alvo.

Durante as missões na Argélia, a delegação portuguesa observou a aplicação francesa da “*Psico*” e anteviram a sua adequação imediata ao Ultramar. Os relatórios e a sua experiência com o *Service d'Action Psychologique et d'Information* (SAPI), na Argélia, foram, pois, o início das competências neste campo. O SAPI foi fundado pelo coronel Lacheroy em Abril de 1956 e constituiu um agente poderoso para a disseminação da doutrina da “*guerre révolutionnaire*”.

A posição francesa era de que medidas psicológicas adequadas podiam criar e manter a coesão ideológica entre os combatentes e os seus apoiantes civis. O Exército acreditou também na validade desta premissa e elegeu-a de início para os seus soldados, bem como para através dela expandir o apelo à população. O meio mais eficaz de captar o povo africano deveria ser o militar que contactava diariamente com a população. Desta forma, a doutrina “*Psico*” e os seus princípios foram incluídos na instrução logo nas primeiras etapas da guerra. A compreensão do processo “*Psico*” pelo soldado era vital para a sua aplicação bem sucedida, e a sua contínua consciencialização era enfatizada através de relatórios e artigos que circulavam regularmente em todas as zonas militares.

A dimensão do apoio administrativo foi igualmente vital na medida em que se combatia a uma distância de 10 300 quilómetros da Metrópole.

Ao nível doutrinário os principais problemas resultavam do facto de que o Exército não tinha doutrina logística apropriada para as características de uma guerra subversiva bem como, face á diversidade entre os três TO, ser necessário desenvolver uma doutrina para cada um dos TO.

Um outro factor que afectava a logística eram as condições meteorológicas que tinham consequências prejudiciais na saúde, na manutenção das máquinas e no funcionamento dos meios rádio.

---

<sup>82</sup> Designadas oficialmente APSIC, ou, mais vulgarmente, “*Psico*”.





Quanto ao transporte terrestre, para além da escassez de estradas, o grande problema residia nas minas. Para ultrapassar este problema, os meios de transporte foram preparados para suportar da melhor maneira possível os rebentamentos das minas e foram utilizados picadores na detecção das mesmas, solução considerada preferível á utilização de detectores electrónicos ou outros.<sup>83</sup>

Relativamente aos cuidados médicos, a concepção dos serviços assentava em torno de um conjunto de princípios de tratamento de baixas, tais como a “Regra das seis horas” e a “Regra dos dez dias”. Estes princípios, associados ás inovações neste campo, como o uso do helicóptero e de enfermeiras pára-quedistas em evacuações médicas, aumentou significativamente a eficácia da assistência médica, apresentando Portugal um desempenho apenas suplantado pelos EUA na guerra do Vietname.

---

<sup>83</sup> Preferência resultante do facto de os guerrilheiros utilizarem com frequência minas de fabrico artesanal com invólucro de madeira, reduzindo assim a assinatura magnética da mina.



## V. REFLEXÕES FINAIS

O propósito deste capítulo prende-se com um conjunto de reflexões resultantes da investigação e análise histórica efectuada, e de prospectar a forma como estas poderão contribuir para a realidade do presente e a incerteza do futuro.

No momento actual assiste-se a um conjunto de alterações estratégicas tão profundas que os especialistas já consideram tratar-se de uma nova Revolução nos Assuntos Militares (RAM), liderada pela superpotência restante, os EUA.

No centro desta revolução estão os extraordinários avanços tecnológicos e a sua globalização, só comparáveis aos séculos XV e XVI, “... quando a descoberta e posterior aperfeiçoamento das armas de fogo provocaram a primeira “globalização”, na origem da qual os portugueses estiveram profundamente envolvidos.”<sup>84</sup>

A globalização veio alterar as relações de poder e, como consequência, as estratégias de cooperação e de conflito assumiram uma nova dimensão, quer no campo da Segurança (articulação das diversas formas de coacção), quer no campo da Defesa (produção, estruturação e emprego dos novos equipamentos de combate).

Como resultante, ao Exército Português é exigido hoje em dia o cumprimento de um conjunto de missões que se revestem de uma importância fundamental para a política externa do país, com repercussões no prestígio e na afirmação nacional e que, face aos recursos disponibilizados, exigem um elevado sentido de missão, responsabilidade, sacrifício e até, de imaginação.

Os cenários de possível actuação são igualmente mais diversificados, bem como as ameaças que se levantam, as quais exigem um rigoroso planeamento estratégico que garanta a salvaguarda dos interesses nacionais.

Este enquadramento serve para introduzir uma primeira reflexão que traduz uma ponte entre o que se passou na década de cinquenta e os desafios que se colocam ao Exército no início do século XXI.

### V.1. Um paralelismo histórico

No capítulo terceiro foi analisada a década de 50 e o que ela representou para o Exército. Ao reflectir sobre o Exército do presente, começou a surgir um encadeamento de factos que

---

<sup>84</sup> Loureiro dos Santos, *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*, pg. 27.



se aproximavam extraordinariamente daqueles que caracterizaram o período que antecedeu o conflito no Ultramar e que a seguir se apresentam esquematicamente:

Período 1949-1963

Período 1989-2003

1949 – Criação da OTAN.

A tónica num exército de massas é substituída pela de um exército com uma dimensão exequível e moderno.



1989 – Queda do muro de Berlim e início de uma crise de afirmação da OTAN.

O Exército, apesar de em franca redução de efectivos, tem ainda uma dimensão muito superior ao que terá no final da década.

1950 – O Exército do início da década de 50 era o resultante da reorganização de 1937.



1990 – O Exército do início da década de 90 era o resultante da reorganização de 1976.

1959 – Reorganização para fazer face ao conflito que se encontrava prestes a deflagrar.



1999 – OTAN define um novo conceito estratégico para fazer face às mudanças no Sistema Político Internacional.

1961 – Início do conflito do Ultramar.



2001 – Ataque terrorista ao World Trade Center.

1963 – Encontra-se pronta a doutrina de contra-subversão do Exército.



2003 – Novas doutrinas ???

Este possível paralelismo histórico significa tão somente que ao Exército um novo desafio se apresenta – o de se preparar para actuar em ambientes operacionais com enquadramentos estratégicos muito diferentes, resultantes da mudança na conjuntura internacional e que se podem traduzir em novas ameaças e riscos para a segurança.



Naturalmente que, decorrentes das missões atribuídas nesse quadro operacional alargado, uma resposta terá que ser alcançada, ao nível da doutrina numa primeira instância e da organização e meios que a sustentam numa fase posterior.

## V.2. Um quadro operacional alargado

Após a queda do muro de Berlim, extingue-se a ameaça do Pacto de Varsóvia, “raison d’être” da OTAN. A crise de afirmação da Aliança daí decorrente, leva a que se proceda a uma reorientação estratégica, materializada no seu novo conceito estratégico.

A ideia de segurança alargada veio a resultar num novo conceito de operações, as denominadas Crisis Response Operations (CRO)<sup>85</sup> (não artº 5º), as quais incluem as Peace Support Operations (PSO)<sup>86</sup>, as Humanitarian Operations<sup>87</sup> (non PSO) e o Search and Rescue (SAR).

As CRO abrangem a conduta e participação da Aliança em todo o espectro de operações militares em apoio da Paz, desde a imposição de Paz até a Medidas Militares Preventivas, entre outras, tendo por base legal a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional.

O que importa salientar é que as CRO derivam daquilo que na doutrina americana é designado por Military Operations Other Than War (MOOTW)<sup>88</sup>, as quais incluem, entre outras, o Combatting Terrorism, Support to Counterdrug Operations e Nation Assistance/Support to Counterinsurgency.

Esta tipologia de operações não foi adoptada pela OTAN em virtude de não se ter obtido um consenso, resultante fundamentalmente da moldura constitucional de alguns Estados-membros que o não permitia.

No entanto, os recentes acontecimentos de 11 de Setembro voltaram a colocar na mesa das negociações a questão do combate a estas ameaças. O assunto não é pacífico porque envolve uma definição clara e precisa das ameaças e dos limites de actuação das forças da Aliança.

Verifica-se assim que, a este quadro operacional alargado terá que corresponder o respectivo quadro doutrinário, e que este, no âmbito da OTAN, se encontra incompleto.

Se na década de 50 foi ao Exército exigido o esforço de desenvolver uma doutrina específica para fazer face a uma tipologia de guerra para a qual não se encontrava preparado,

<sup>85</sup> NATO AJP 3.4 – Crisis Response Operations.

<sup>86</sup> NATO AJP 3.4.1 – Peace Support Operations. Incluem operações de manutenção de paz (PK), imposição de paz (PE), prevenção de conflitos (CP), restabelecimento da paz (PM), consolidação da paz (PB) e operações humanitárias (HO).

<sup>87</sup> Incluem a assistência em desastres, operações de evacuação de não-combatentes (NEO) e o apoio às autoridades civis.

<sup>88</sup> Joint Pub 3-07, Joint Doctrine for Military Operations Other Than War.



este princípio de século poderá igualmente representar um esforço semelhante, agora não isolado mas sim um esforço integrado e concertado no âmbito da Aliança.

Eventualmente, também aqui o IAEM e o CIOE poderão representar um papel de relevo, em colaboração com o EME.

No entanto, é curioso verificar que, quando ao Exército foi atribuída a missão de enviar um contingente militar para o TO da Bósnia-Herzgovina enquadrado na Força Internacional da OTAN, no momento de preparar a força foi sentida a necessidade de se recorrer ao Manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”.

O mesmo aconteceu relativamente à preparação das forças destacadas para o Kosovo e Timor-Leste.

De igual forma, a doutrina de contra-subversão que o Exército desenvolveu para o conflito do Ultramar é hoje alvo de grande interesse por parte das FA das antigas colónias, muito provavelmente porque estão conscientes da sua eficácia e, nessa medida, face à situação interna que vivem<sup>89</sup>, lhe reconhecem grande importância e actualidade.

Importa no entanto referir que, o facto de na preparação das nossas Forças Nacionais Destacadas (FND) se utilizar o Manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”, isto não reflecte necessariamente uma aplicabilidade total da doutrina aí definida.

De facto, a doutrina no seu conjunto não é passível desse “transfer” uma vez que é uma doutrina virada para a condução da guerra – a guerra subversiva – em territórios com características específicas, quer ao nível geográfico quer ao nível das populações, e num cenário político-estratégico muito concreto (preservação de parcelas do próprio território submetidas a acções de subversão estimuladas do exterior), enquanto que o ambiente operacional em que as FND estão envolvidas é o das PSO, ou seja, um ambiente que envolve um processo de paz (seja a manutenção ou imposição da mesma) e não de guerra, onde não existe um Inimigo a destruir, antes pelo contrário.

A sua utilidade tem-se reflectido, isso sim, ao nível de alguns dos procedimentos e técnicas operacionais podendo-se citar como exemplo a experiência com o primeiro Batalhão (Bat) enviado para a Bósnia.

Efectivamente, a missão do Batalhão, de acordo com os Planos de Operações da Divisão francesa e da Brigada italiana em que se integrava foi, fundamentalmente, uma missão de quadrícula com uma finalidade múltipla. Se um Batalhão nas Campanhas de África tinha também uma missão de quadrícula com uma finalidade múltipla, cuja primeira era a

---

<sup>89</sup> Angola em particular.



“protecção das populações e recursos na sua ZA”, o nosso Batalhão no corredor de Goraze tinha, por primeira alínea de missão, garantir que a linha definida entre Entidades em Confronto, e definida nos acordos de Dayton, fosse mantida e observada. Outras missões como liberdade de movimentos nos itinerários, defesa de Pontos Sensíveis, contactos com populações de diferentes grupos étnicos, também não era novidade.

Recorrendo ao que tinha sido a organização do BCaç, o Batalhão foi organizado em moldes similares, retirando a capacidade de reconhecimento, mantendo capacidade de sapadores com meios e pessoal de Engenharia, e, dadas as características do TO e as capacidades dos opositores, foi aumentado o potencial de fogo e a autoprotecção blindada.

No seu Sector, o Bat (PO) foi o único que adoptou um dispositivo de quadrícula correcto, ocupando, inicialmente três posições de Companhia e na fase final, Rogatica, Ustripaca, Vikovice e Praca. Mantendo o conceito de apoio mútuo, foi um dispositivo que teve de ocupar instalações de ocasião, onde o engenho e arte do soldado português foi mais uma vez posto à prova.

A actividade operacional, de patrulhamento interno, de protecção de itinerários e de colunas humanitárias e outras e os contactos com as populações foram igualmente guiados pela doutrina desenvolvida para o conflito do Ultramar.

### V.3. As “novas ameaças” – o terrorismo

Do conjunto das chamadas “novas ameaças”, o terrorismo assumiu efectivamente um protagonismo indiscutível.

Como definição, terrorismo<sup>90</sup> é o uso (ou ameaça de uso) premeditado de violência ou brutalidade extraordinárias para alcançar um objectivo político através da intimidação ou do medo.

Existem quatro elementos nesta definição:

- a opção pela intimidação ou pelo medo;
- o uso (ou ameaça de uso) de violência extraordinária;
- o carácter premeditado de tal violência;
- o objectivo político

O último elemento - o objectivo político - reveste-se de um interesse particular. Ao contrário da crença popular, no passado e como regra geral, os terroristas não ceifavam vidas indiscriminadamente. No final de contas, não estavam interessados em desencadear guerras

<sup>90</sup> C.f. Apêndice 3 (CLASSIFICAÇÃO DO TERRORISMO).



mas sim em orquestrar o terror. A preferência por um número limitado de mortes, ou ameaça de mortes, provém da sua utilização como instrumento de propaganda e negociação, uma ferramenta para fazer exigências e obter um objectivo político claro. Por outro lado, os ataques terroristas eram de alcance limitado de forma a assegurar uma igualmente limitada reacção por parte das autoridades governamentais. Esta reacção limitada permitia aos terroristas sobreviver e atacar novamente no futuro, e dessa forma fortalecer o seu objectivo político a longo prazo.

Em resumo, no passado os terroristas asseguravam-se de que:

- os seus ataques eram de escala limitada;
- revelavam a sua identidade, e;
- comunicavam de forma clara os seus objectivos e exigências.

No ataque de 11 de Setembro aos EUA todas estas três características estão ausentes. A escala sem precedentes do atentado (cerca de 3300 mortos) quase por si só assegurava uma resposta global por parte das autoridades governamentais. Por fim, também nenhum objectivo foi declarado e não foram feitas exigências políticas.

Julga-se que o terrorismo atingiu hoje em dia, para além desta nova faceta, novas expressões de letalidade e de eficácia, sustentadas no ambiente mediático e nos meios que tem à sua disposição (nomeadamente a possibilidade de disporem de armas de destruição maciça).

Apresenta igualmente múltiplas origens, desde grupos extremistas políticos, étnicos ou religiosos, até “free-lancers” como o “Chacal”<sup>91</sup> e, eventualmente, Ussama Bin Laden.

O que importa salientar é que o seu combate, face aos meios que as organizações terroristas podem empregar, implicará cada vez mais a utilização do vector militar pois este tem à sua disposição meios que permitam fazer face à ameaça.

Mas os meios não são suficientes. A montante é necessária uma moldura constitucional que contemple o emprego das FA no combate a este e outros tipos de ameaça, e uma doutrina que defina os princípios de emprego das forças militares.

---

<sup>91</sup> Alcinha de Carlos, famoso terrorista venezuelano, de seu nome verdadeiro Ilich Ramírez Sánchez e actualmente detido em França, onde foi julgado e condenado a prisão perpétua.



## CONCLUSÕES

O fim do último império colonial, o português, inicia-se com a perda dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli em 1954 e prossegue, em 1961, em S. Baptista de Ajudá e, mais tarde, em Goa, Damão e Diu, onde as forças portuguesas, largamente superadas em número, não puderam contrariar a invasão daqueles territórios por forças indianas, incomparavelmente mais fortes.

Esta acção serviu para demonstrar dois factos importantes:

- em primeiro lugar, que Salazar privilegiaria sempre a vertente militar para resolver as questões de soberania que se lhe colocassem no âmbito colonial, e de facto, perante a ameaça de invasão, ordenou a resistência a todo o custo, sem olhar aos sacrifícios materiais e humanos que isso acarretaria;
- em segundo lugar, que a posição portuguesa no jogo da diplomacia mundial era débil e incapaz de mobilizar apoios em defesa de domínios coloniais, já que a própria Grã-Bretanha, instada a honrar compromissos históricos de solidariedade em nome da secular aliança entre os dois países, se recusara a apoiar a posição do governo português.

Em 1961 abre-se então um novo capítulo na história do Império colonial português - o capítulo final.

Para enfrentar a guerra colonial, o Exército organizou, empenhou e sustentou, forças com uma dimensão jamais alcançada no seu passado.

Desde logo viu alterados profundamente os princípios doutrinários do seu modelo anterior. Os conceitos da política de defesa no âmbito da OTAN, adoptados na década de 50, nada tinham a ver com a actuação numa guerra de guerrilha, conduzida em três TO autónomos e profundamente diferentes, situados a milhares de quilómetros uns dos outros e mais longe ainda da retaguarda, constituída pelo território português.

Para enfrentar este novo tipo de guerra teve que adequar e transformar os anteriores princípios estratégicos e táticos da sua organização, estrutura e actuação.

A abordagem utilizada permitiu superar os principais desafios geográficos e os recursos limitados e consistiu em conduzir as campanhas num estilo de combate contido e de baixa intensidade.

O objectivo das forças militares foi o de ganhar tempo, indo ao encontro do conceito de guerra limitada das guerrilhas. Isto levou a uma reorganização do Exército em pequenas unidades de infantaria ligeira.





Foi um exército de massas, com elevados efectivos e baixo nível de equipamentos e armamentos, aquele que combateu nos três TO de África, organizado, como se referiu, com base em infantaria ligeira - caçadores - e esta assente em unidades de pequenos efectivos - a companhia - com autonomia logística, administrativa e operacional.

Embora a diversidade das situações obrigasse, por vezes, à constituição de agrupamentos de forças sem composição fixa, o batalhão manteve durante toda a guerra a unidade típica de comando operacional e administrativo das companhias, podendo controlar até cinco destas unidades.

O enfoque foi assim, na administração dos recursos materiais e humanos e nas adaptações táticas específicas para combater numa guerra subversiva.

Para fazer face à manobra de subversão, o Exército desenvolveu, à custa da sua própria experiência, uma doutrina de contra-subversão materializada no Manual “*O Exército na Guerra Subversiva*”.

Neste manual definiam-se as três missões das forças militares na contra-subversão:

- combater bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares, executando operações militares defensivas e ofensivas;
- exercer acção psicológica principalmente sobre a população, para a tornar mais receptiva a uma eficaz acção social, contribuindo assim para conservar ou reconquistar o apoio dessa população;
- dar apoio às autoridades civis, actuando em cooperação com elas na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessário.

Destas missões ressaltam os dois aspectos caracterizadores da concepção e emprego da doutrina portuguesa de contra-subversão:

- a acção psicossocial e;
- a colaboração e integração entre as estruturas militares e civis a todos os níveis.

Relativamente à primeira, “a conquista da população” foi eleita como o objectivo principal a atingir na medida em que é esta o centro de gravidade de uma guerra subversiva.

A importância atribuída a esta área, reflectida no facto de a ela ser dedicada um volume inteiro<sup>92</sup>, só é comparável à doutrina inglesa. É de realçar que a doutrina definia que, em obediência ao princípio da unidade de comando, a acção psicossocial era concebida e dirigida

<sup>92</sup> O volume III tem o título de “Acção Psicológica” e não de “Acção Psicossocial” exclusivamente pela razão de que, relativamente ao adversário, não se poderem exercer as duas componentes que integram a acção psicossocial – acção psicológica e acção social – mas unicamente a primeira.



pelo Governo o qual, através de directrizes, definia as responsabilidades de cada um dos departamentos de Estado.

Quanto à segunda, era claramente definido na doutrina que a luta contra a subversão não podia ser levada a bom termo só pelas forças militares, exigindo, pelo contrário, uma convergência de esforços em todos os campos – político, social, económico, etc.

Esta convergência veio a concretizar-se a todos os níveis, podendo referir-se a título de exemplo, desde a integração ao nível tático de células da DGS em unidades militares<sup>93</sup>, até à concentração das funções de governador e comandante-chefe, como foi o caso na Guiné ou a experiência da Zona Militar Leste, em Angola, onde, no período de 1971-73, se estabeleceram, sob uma única autoridade de coordenação – o General Comandante da Zona Militar – uma acção militar e uma acção não-militar, conduzida por quatro Governadores de Distrito e marcada pelo sucesso, quer na pacificação quer no início da reconstrução.

Já quanto ao processo de desenvolvimento da doutrina importa destacar:

- a atitude precavida de enviar oficiais para acções de formação em países com experiência recente em conflitos subversivos;
- o aproveitamento do IAEM para a elaboração de estudos e trabalhos que estiveram directamente na base do desenvolvimento da doutrina, envolvendo não só docentes do Instituto mas também o CEM, revelando um cuidadoso aproveitamento das potencialidades resultantes de ter reunidos num mesmo espaço um conjunto de Oficiais escolhidos pela sua qualidade e frequentando um curso que propiciava uma reflexão sobre as questões doutrinárias de maior actualidade;
- a criação do CIOE, enquanto centro de instrução especialmente vocacionado para a contra-guerrilha e;
- os ensinamentos colhidos durante cerca de dois anos de campanha no Norte de Angola, juntando assim à componente teórica, a experiência adquirida no terreno.

Da sua relevância e aplicabilidade às características do conflito destaca-se ainda:

- a adequação dos meios humanos e técnicos disponíveis aos procedimentos do inimigo e, simultaneamente, ao apoio das populações;
- a flexibilidade orgânica e operacional consubstanciada no facto de as unidades, os comandos, as articulações, as cadeias hierárquicas, a utilização de forças, se adequarem às missões concretas, ao terreno, ao meio, às populações da zona, à capacidade do inimigo.

---

<sup>93</sup> Como, por exemplo, os Agrupamentos SIROCO, os quais eram constituídos por unidades “Comando”, tropas indígenas, meios aéreos da Força Aérea e elementos da DGS.



Em resumo, a experiência acumulada ao longo de 13 anos de conflito deu aos militares portugueses um conhecimento profundo da guerra subversiva.

A doutrina de contra-subversão desenvolvida para o efeito revelou-se adequada às características do conflito, permitindo a um país com a dimensão de Portugal conduzir simultaneamente três campanhas de contra-subversão em colónias significativamente distantes do território continental.

Apesar de hoje em dia ser frequente recorrer à consulta do Manual “*O Exército na Guerra Subversiva*” sempre que se preparam forças para enviar para os actuais cenários de participação do Exército, a doutrina aí preconizada teve o seu tempo e essa consulta só se justifica pelo facto de hoje em dia não se encontrar disponível uma doutrina que responda integralmente às características de alguns dos actuais conflitos.

Num cenário de emprego da força em operações de apoio à paz, a doutrina tem de ser simples, com ênfase em princípios, técnicas operacionais e na coordenação muito estreita da acção militar e da acção não-militar. Exactamente as características que presidiram à elaboração do “*O Exército na Guerra Subversiva*”.

Outros cenários a considerar são os decorrentes das “novas” ameaças, com o terrorismo em lugar de destaque, os quais podem implicar o emprego do vector militar em missões, não só no âmbito da segurança externa mas igualmente na segurança interna, facto que por si só justifica uma resposta a diferentes níveis, entre os quais ao nível da doutrina.

Se o Exército teve a arte e o engenho para o fazer em 1963, também agora poderá contribuir para que, no seio das organizações internacionais em que Portugal participa, se estudem novas doutrinas que orientem o emprego das forças militares no combate às novas ameaças.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AAVV. *Subsídios para o Estudo da Doutrina aplicada nas Campanhas de África*. Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), EME, Lisboa, 1990.

AAVV. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), 1º vol., Enquadramento Geral*. Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961-1974), EME, Lisboa, 1988.

AAVV. *O Exército na Guerra Subversiva (Volume I, II, III, IV e V)*. EME, Lisboa, 1963.

AAVV. *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano Edições Técnicas, Lisboa, Setembro de 1999.

AAVV. *Portugal e os 50 anos da Aliança Atlântica, 1949-1999*. Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 10 de Dezembro de 1999.

AAVV. *Joint Pub 3-07 - Joint Doctrine For Military Operations Other Than War*. Joint Chiefs of Staff, 16 June 1995.

AAVV. *AJP-3.4 - Crisis Response Operations*. NATO, Mai 2001.

AAVV. *AJP-3.4.1 - Peace Support Operations*. NATO, July 2001.

ALVES, José Lopes. *Estratégia. Panorama Geral da sua Teoria*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, Fevereiro de 1999.

CANN, John P. *Contra-Insurreição em África, 1961-1974. O modo português de fazer a guerra*. Edições Atena, S. Pedro do Estoril, Julho de 1998.

COUTO, Abel Cabral. *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso, vol. II*. IAEM, Lisboa, 1989.



GOMES, Carlos de Matos, Aniceto Afonso. *Guerra colonial*. Editorial Notícias, Lisboa, Outubro de 2000.

MORAIS, Carlos Alexandre de. *A Queda da Índia Portuguesa. Crónica da Invasão e do Cativo*. Editorial Estampa, Lisboa, 1995.

PIRES, Capitão Nuno Lemos. *Roteiro Histórico da EPI*. EPI, Mafra, Agosto de 1997.

SANTOS, General Loureiro dos. *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio. Reflexões sobre Estratégia-II*. Publicações Europa-América, Mem-Martins, Setembro de 2001.



## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AAVV. *Instruções para o emprego das Forças Armadas em apoio da Autoridade Civil*. CEM 60/61, IAEM, Lisboa, Dezembro de 1960.

AAVV. *Apontamentos sobre o emprego tático das PU na contra-guerrilha*. CIOE, Lamego, Maio de 1961.

AAVV. *Estudos Históricos sobre a Guerra Subversiva – Assuntos Gerais*. CEM 60/61, IAEM, Lisboa, 1961.

AAVV. *Estudos Históricos sobre a Guerra Subversiva – Os Movimentos Emancipalistas na África*. CEM 60/61, IAEM, Lisboa, 1961.

AAVV. *Estudos Históricos sobre a Guerra Subversiva*. CEM 60/61, IAEM, Lisboa, 1960.

AAVV. *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. Edições Atena, IAEM, Lisboa, Março de 2000.

AAVV. *Ciclo de Estudos de História do Conflito Africano 1961-1974*. Boletim nº 49, IAEM, Lisboa, Julho de 1999.

AAVV. *Constituição da República Portuguesa*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1997.

AAVV. *The Guerrilla and How to Fight Him*. Department of the Navy, US Marine Corps, January, 1990.

ANDRADE, John. *Acção Directa, Dicionário de Terrorismo e Activismo Político*. Hugin Editores, Lisboa, Fevereiro de 1999.

ANTUNES, José Freire. *A Guerra de África, 1961 – 1974, vol. 1 e 2*. Editora Temas e Debates, Lisboa, Outubro de 1996.



BARRENTO, General António E. Q. Martins. *Reflexões sobre Temas Militares, Volume II*. IAEM, Lisboa, 2000.

BIRTLE, Andrew J. . *U. S. Army Counterinsurgency and Contingency Operations Doctrine, 1860-1941*. Center of Military History, US Army, Washington, D.C., 1998.

COUTO, Abel Cabral. *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso, vol. I*. IAEM, Lisboa, 1988.

ECO, Umberto. *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*. Editorial Presença, Lisboa, Março de 2001.

KEEGAN, John. *A History of Warfare*. First Vintage Books Edition, New York, November, 1994.

MARTELO, David. *1974 – Cessar-fogo em África*. Publicações Europa-América, Mem-Martins, Abril de 2001.

MONTGOMERY, Tenente Coronel J. R. P. . *Guerra Subversiva – A campanha contra os Mau Mau no Quénia*. IAEM, Lisboa, Março de 1959.

MONTGOMERY, Tenente Coronel J. R. P. . *Guerra Subversiva*. IAEM, Lisboa, Abril de 1959.

OLIVEIRA, Ten Cor Hermes de Araújo. *Guerra Subversiva. Subsídios para uma Estratégia de Reacção*. IAEM, Lisboa, 1965.

SANTOS, General Loureiro dos. *Reflexões sobre Estratégia. Temas de Segurança e Defesa*. Publicações Europa-América, Mem-Martins, Março de 2000.

SCHNEIDER, Barry R., Lawrence E. Grinter, *Battlefield of the Future*. Air War College, Air University Press, Maxwell Air Force Base, Alabama, USA, September 1998.



SLOAN, Stephen. *Beating International Terrorism*. Air University Press, Maxwell Air Force Base, Alabama, USA, April 2000.

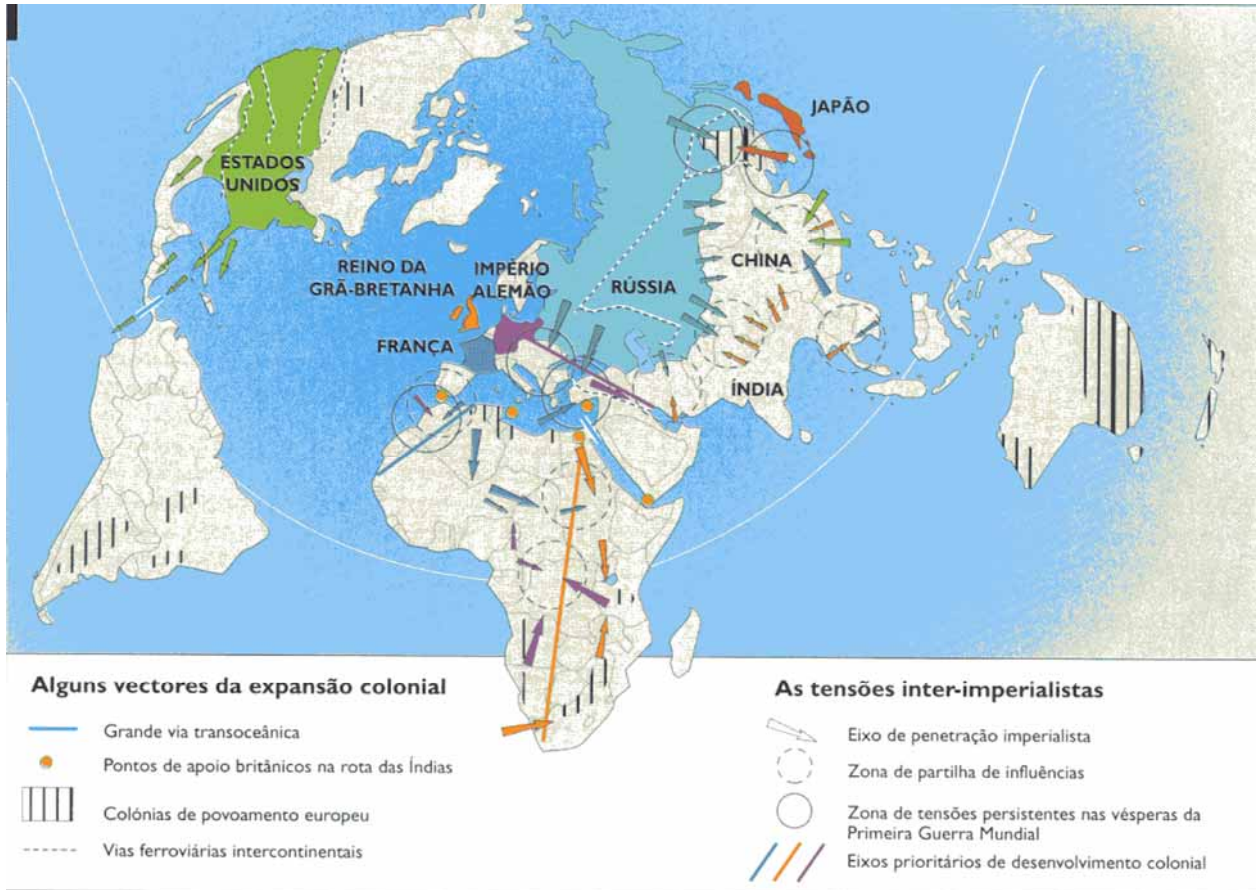
TABER, Robert. *La Guerre de la Puce*. Julliard, 1969.

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. Publicações Europa-América, Mem-Martins, Agosto de 1984.





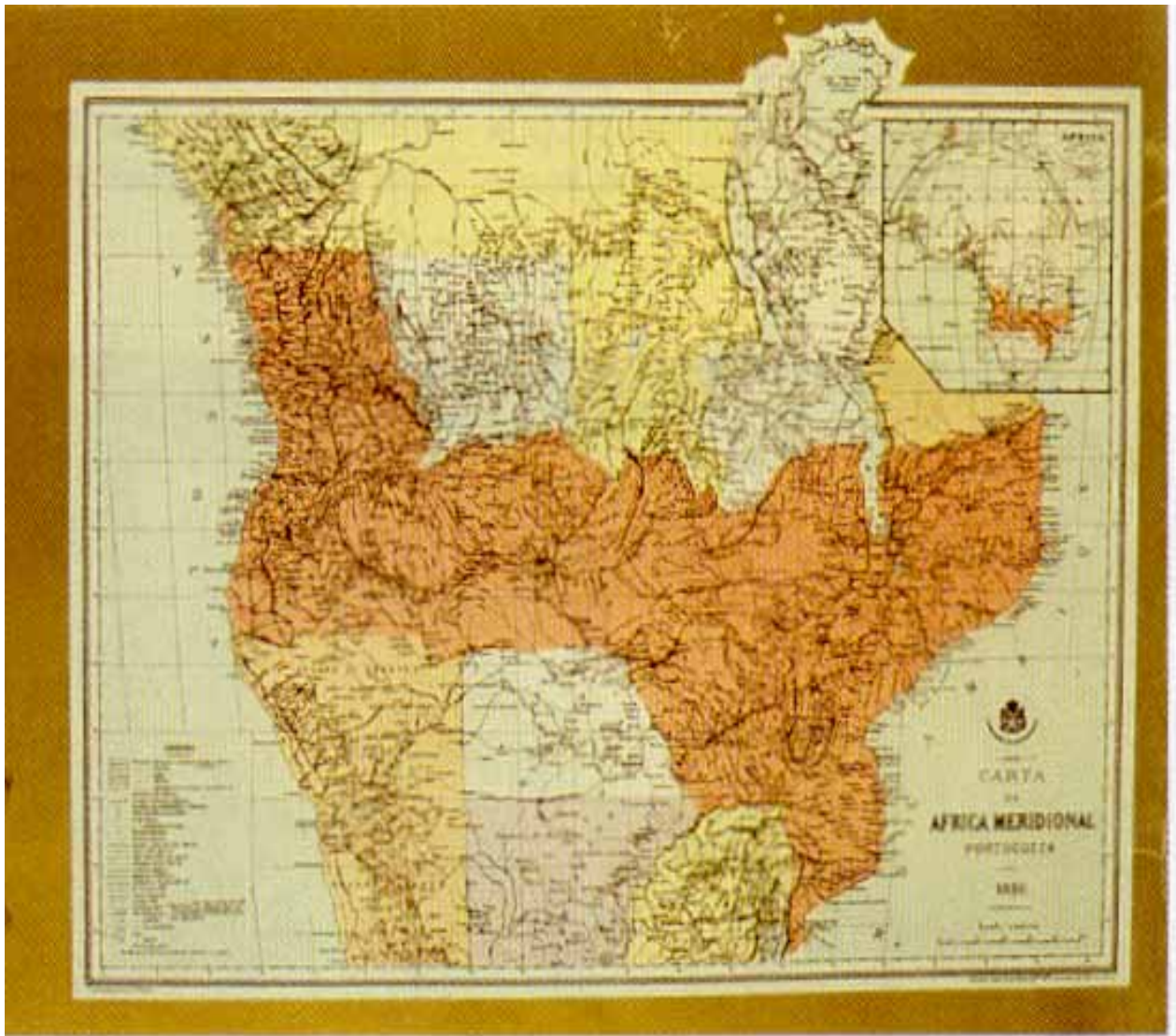
## ANEXO A – A EXPANSÃO COLONIAL DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: *Atlas das Relações Internacionais*.



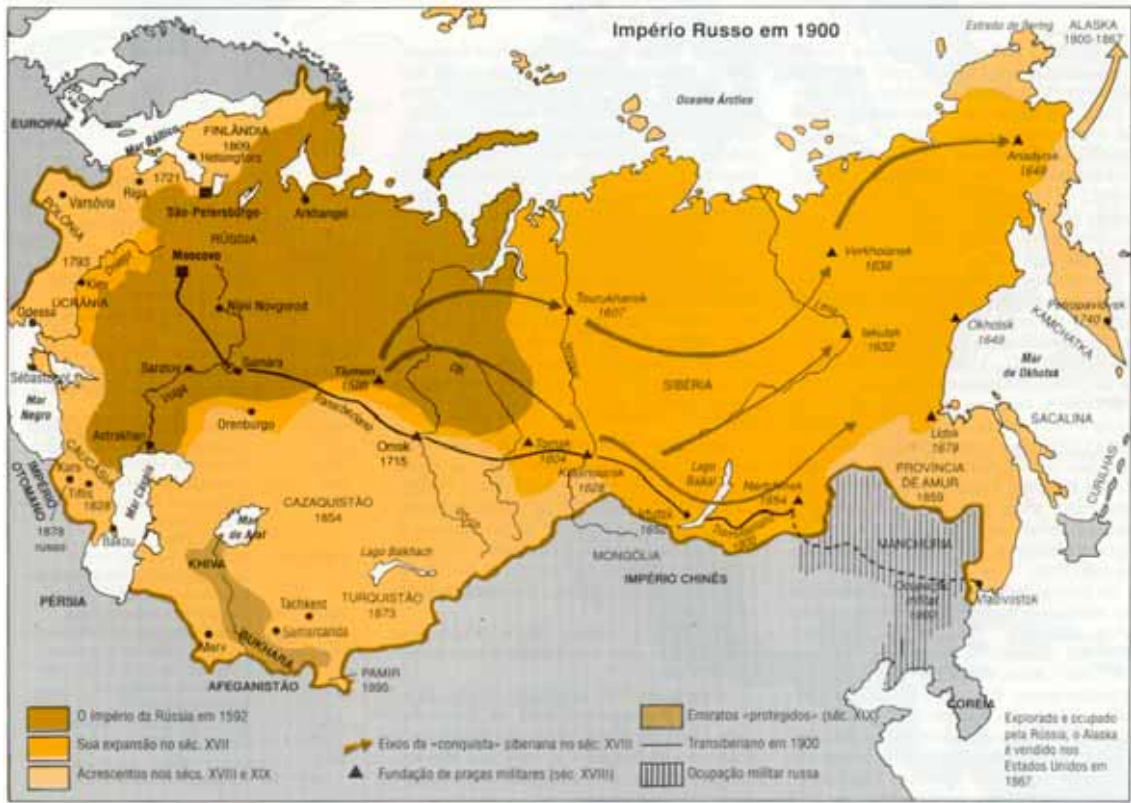
## ANEXO B – MAPA COR-DE-ROSA<sup>1</sup>



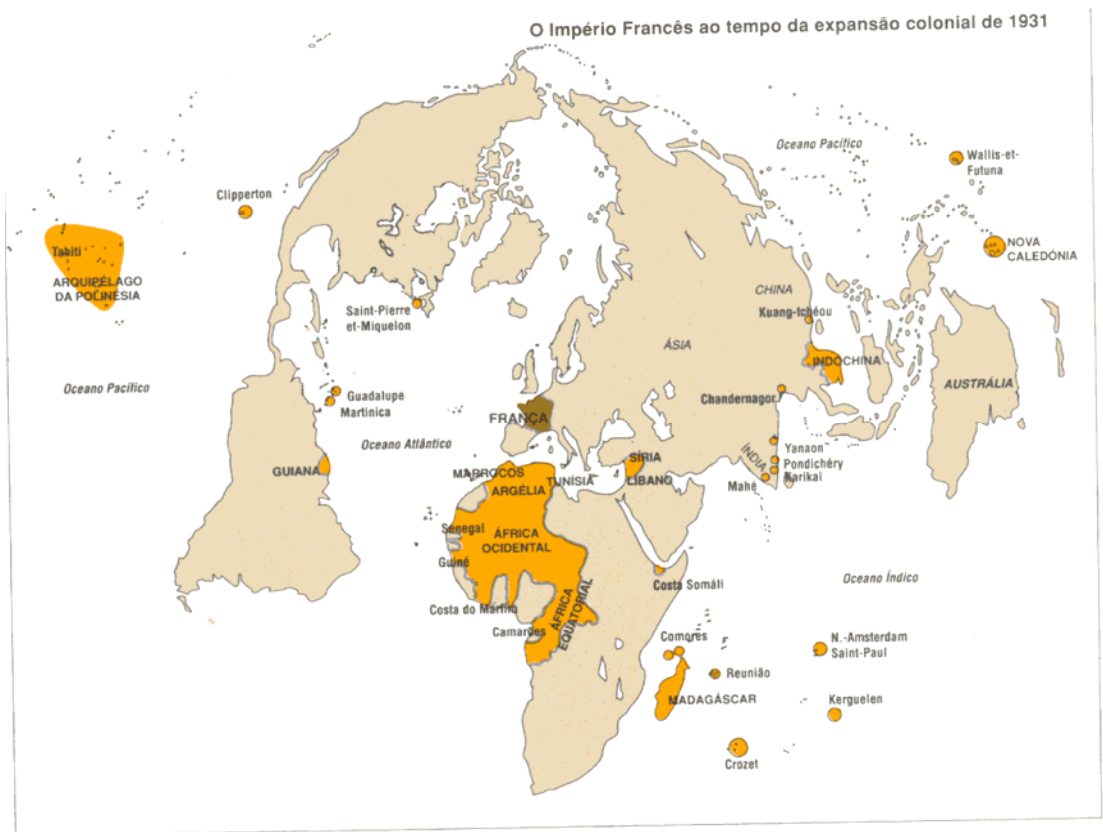
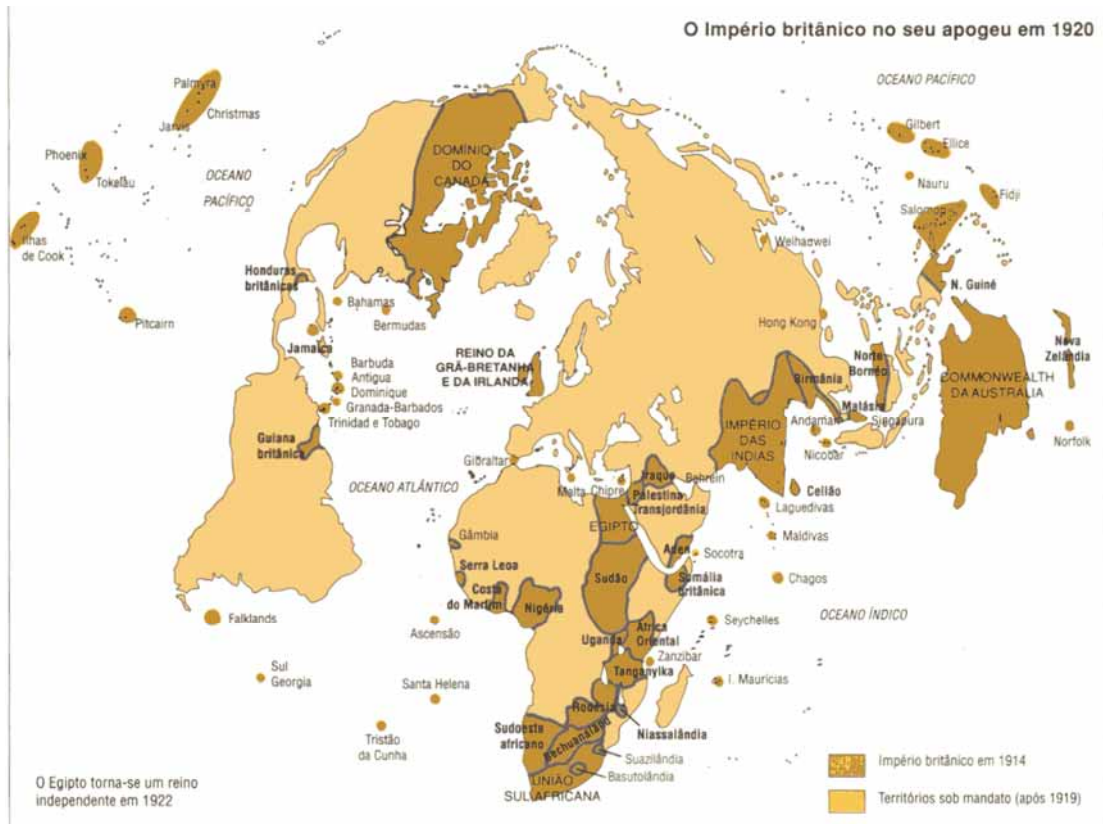
<sup>1</sup> Fonte: *Guerra Colonial*.



## ANEXO C – OS ÚLTIMOS IMPÉRIOS<sup>1</sup>

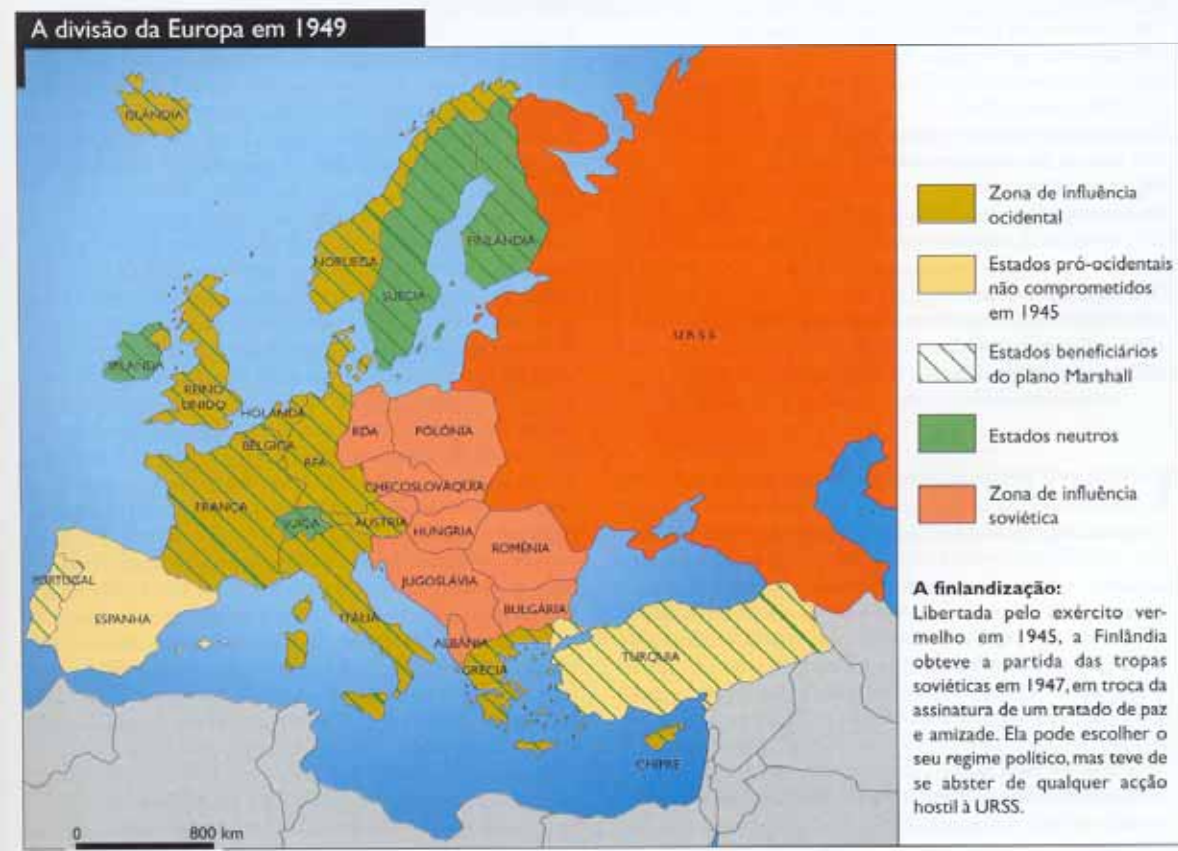
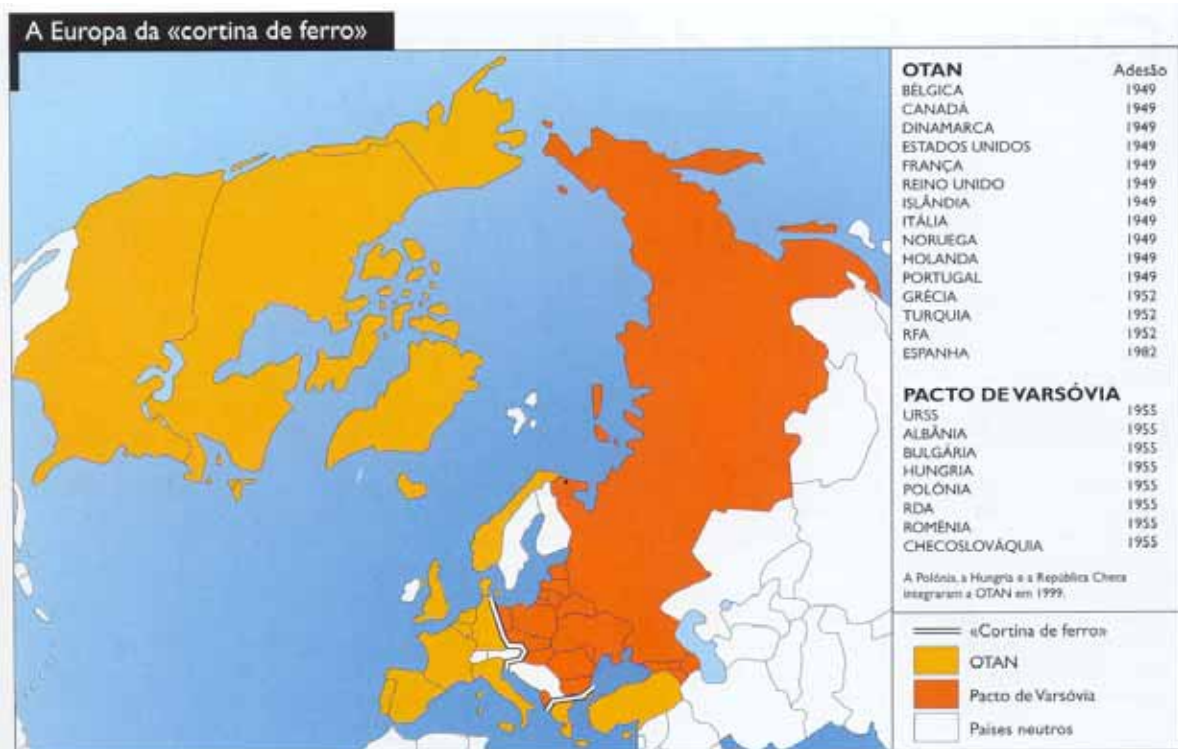


<sup>1</sup> Fonte: *Atlas dos Impérios*.





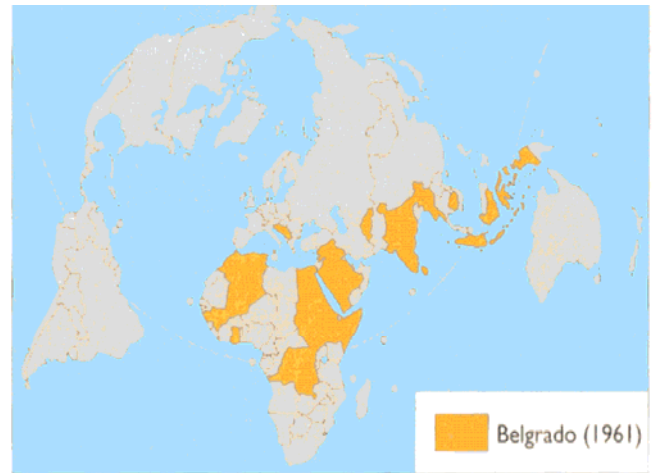
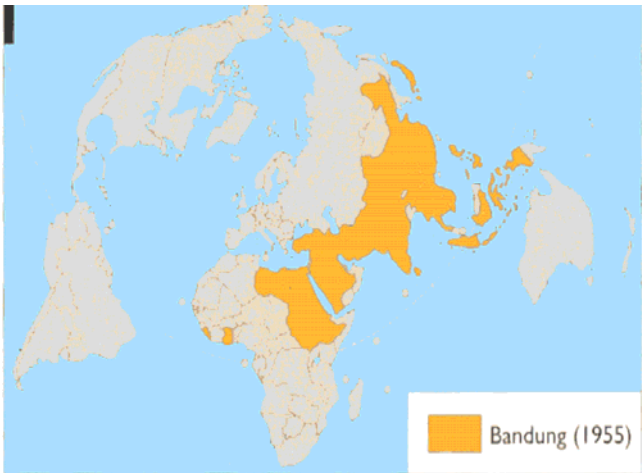
## ANEXO D – A DIVISÃO DA EUROPA<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: *Atlas das Relações Internacionais*.



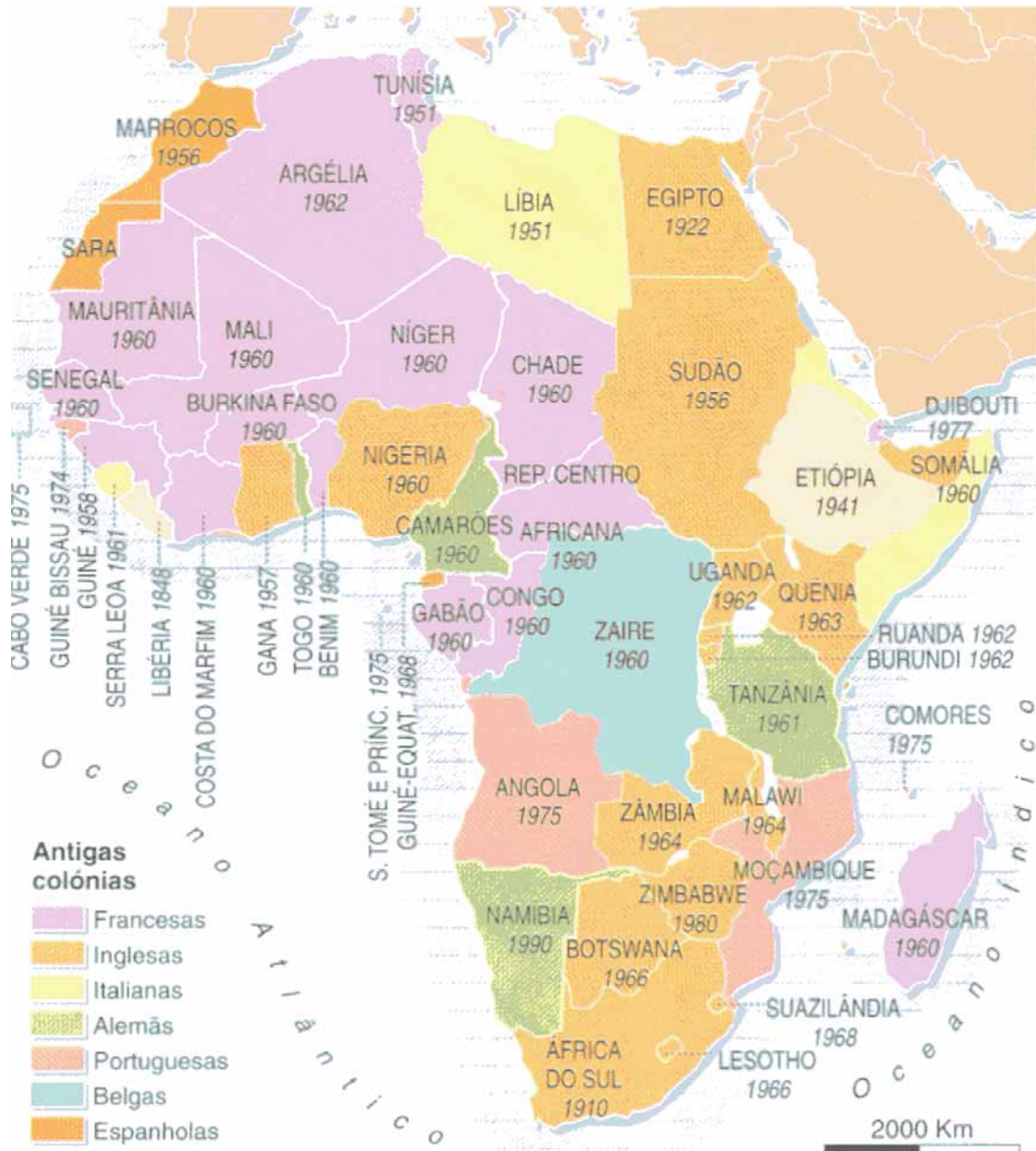
## ANEXO E – CONFERÊNCIAS DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS<sup>1</sup>



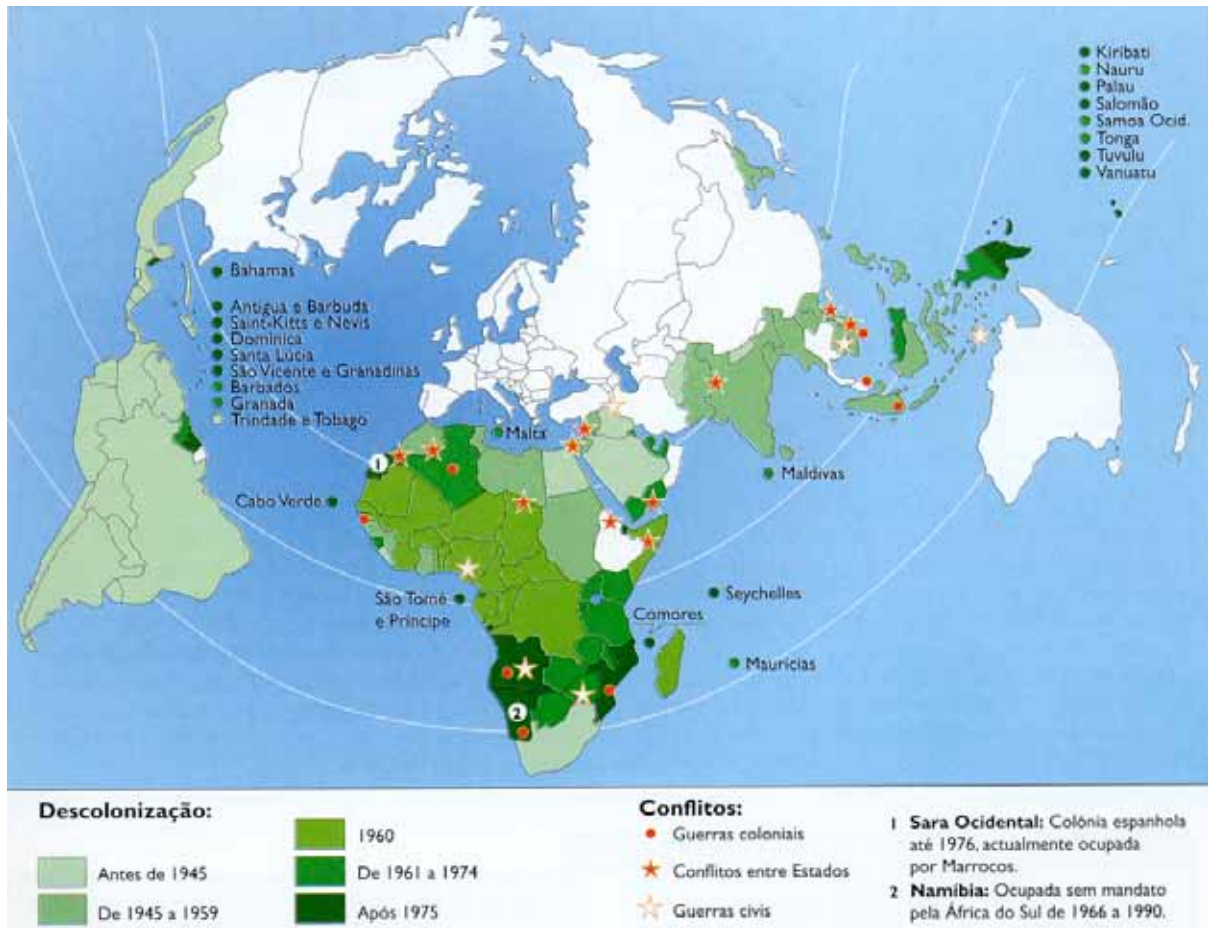
<sup>1</sup> Fonte: *Atlas das Relações Internacionais*.



## ANEXO F – A DESCOLONIZAÇÃO APÓS 1945<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: *Guerra Colonial e Atlas das Relações Internacionais*.







## ANEXO G – ORGANIZAÇÃO DOS RAMOS DAS FA<sup>1</sup>

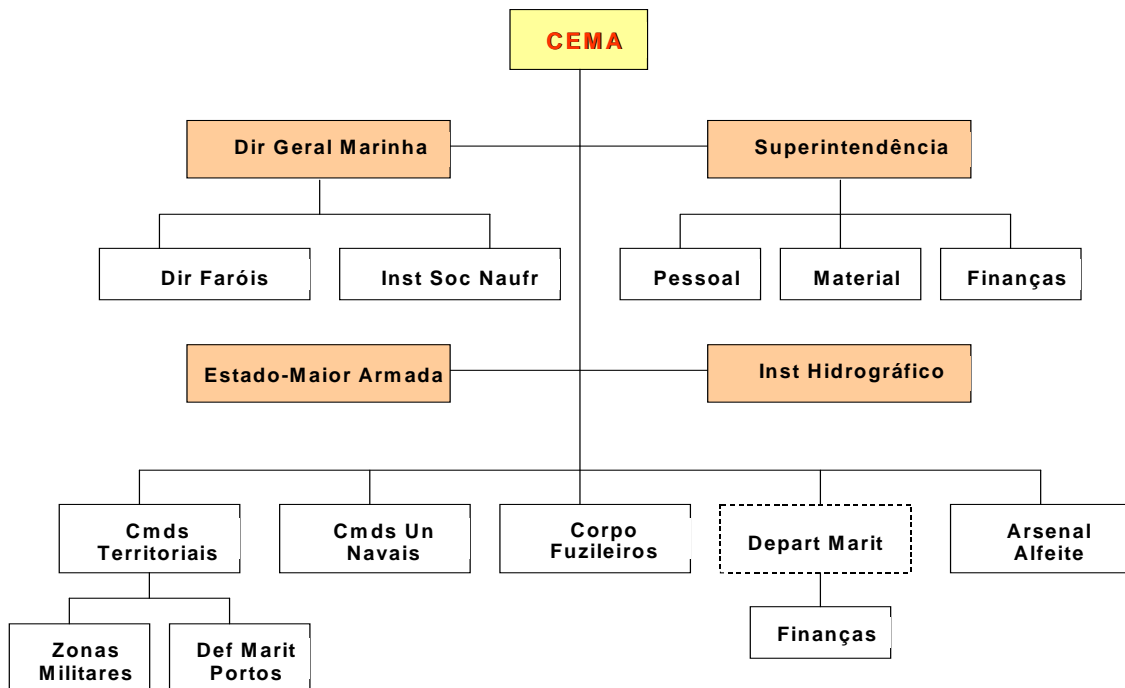


Figura 1 – Estrutura da Marinha

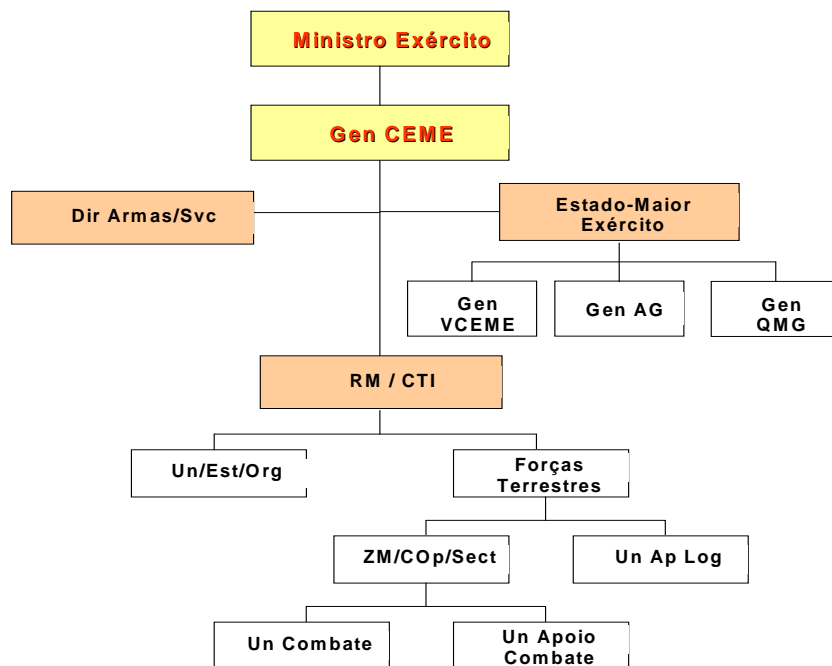
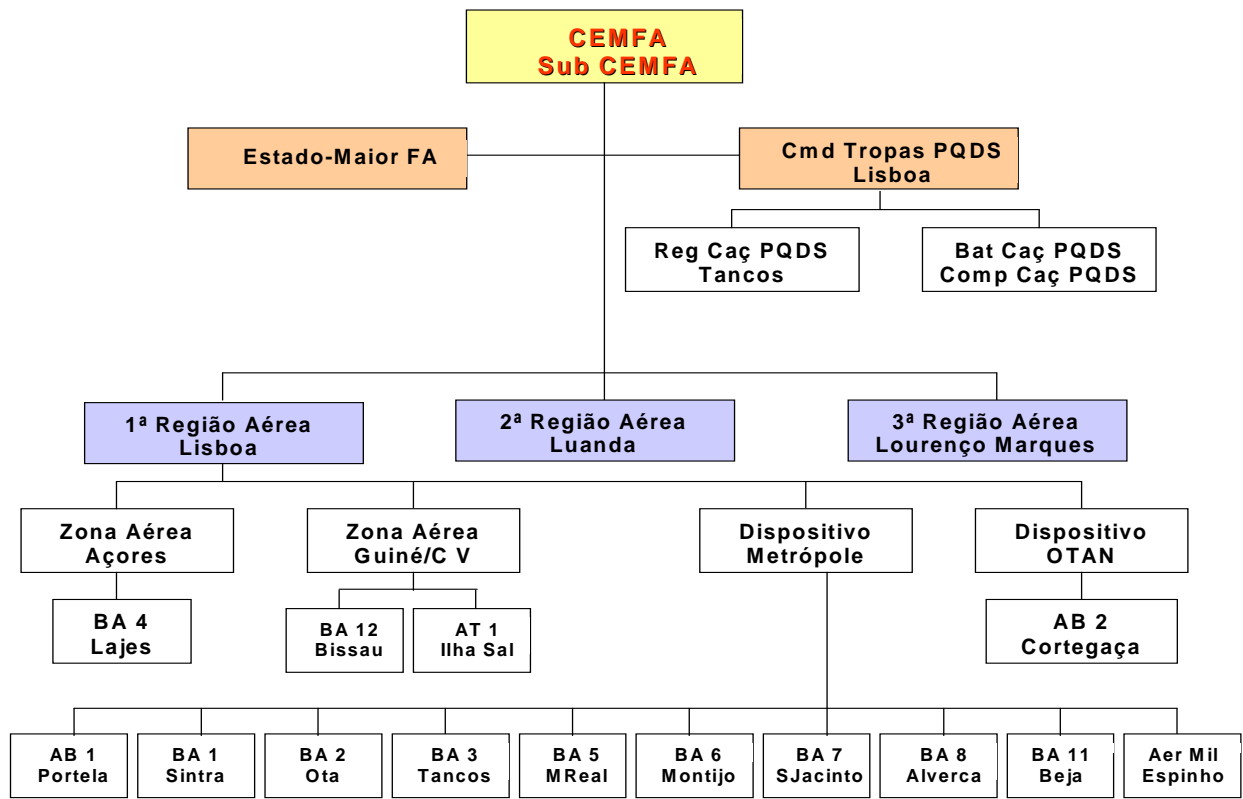


Figura 2 – Estrutura do Exército

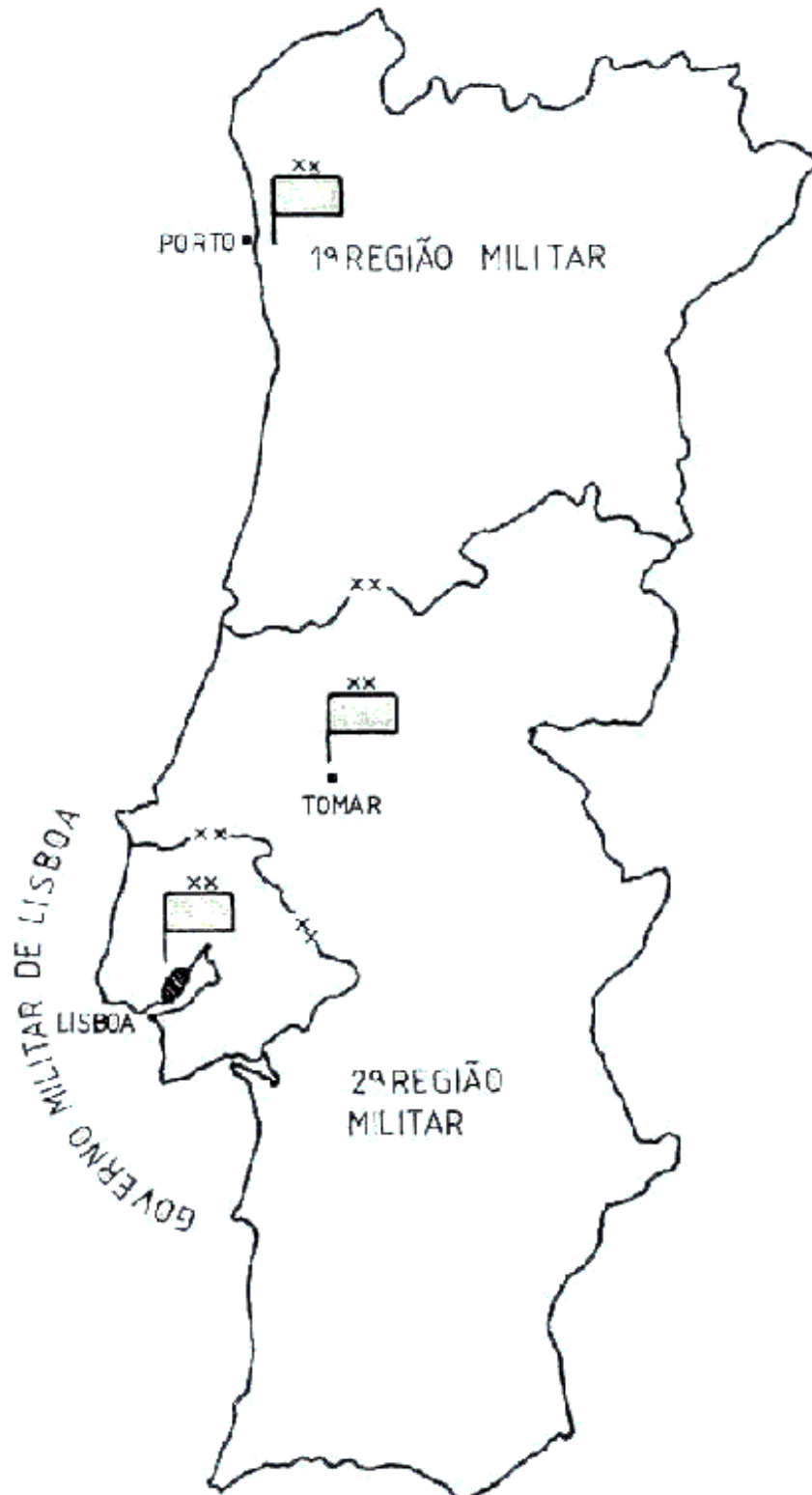
<sup>1</sup> Fonte: *Resenha Histórica das Campanhas de África – volume I.*



**Figura 3** – Estrutura da Força Aérea



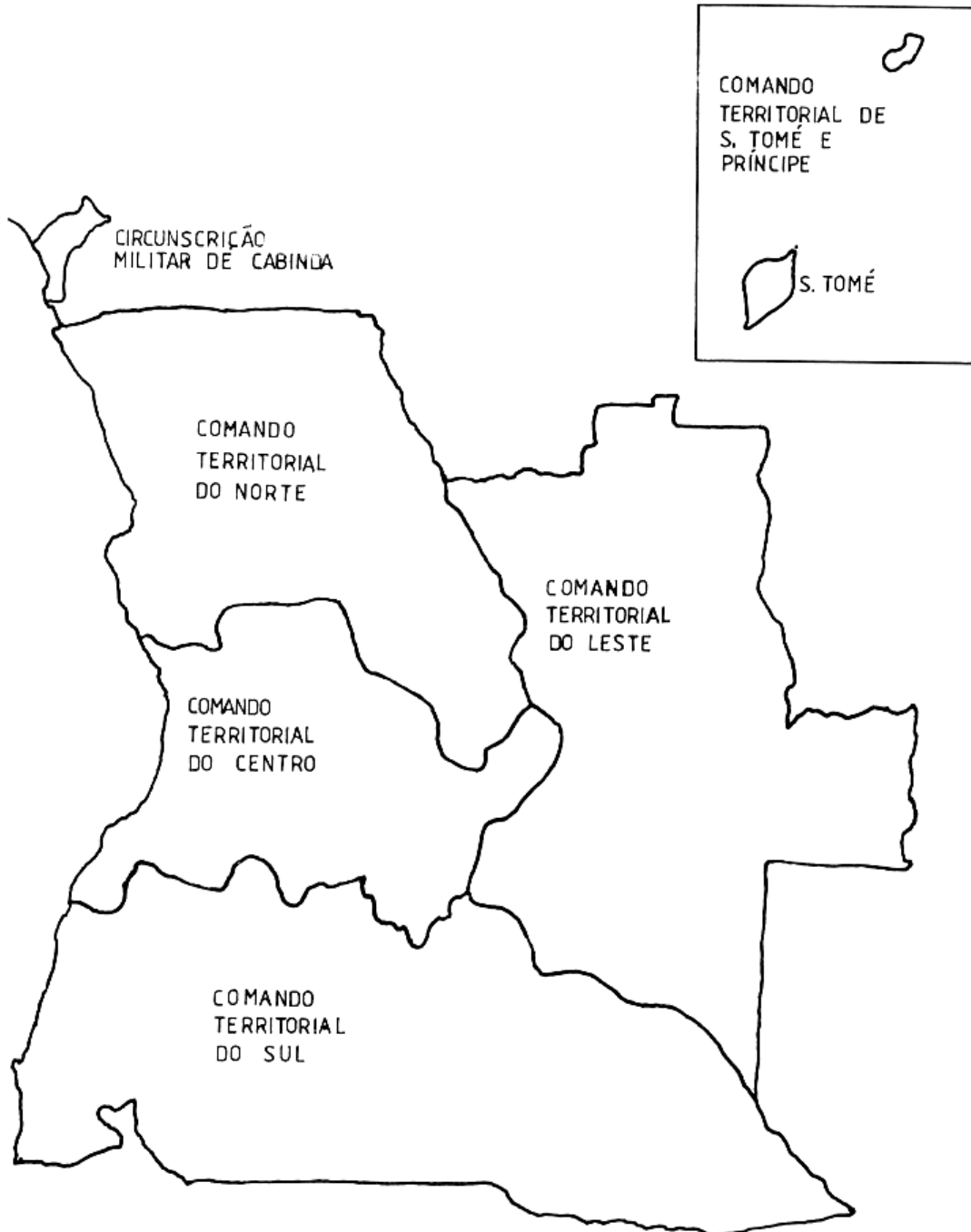
## ANEXO H – ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL METROPOLITANA EM 1960<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: *Resenha Histórica das Campanhas de África – volume I.*



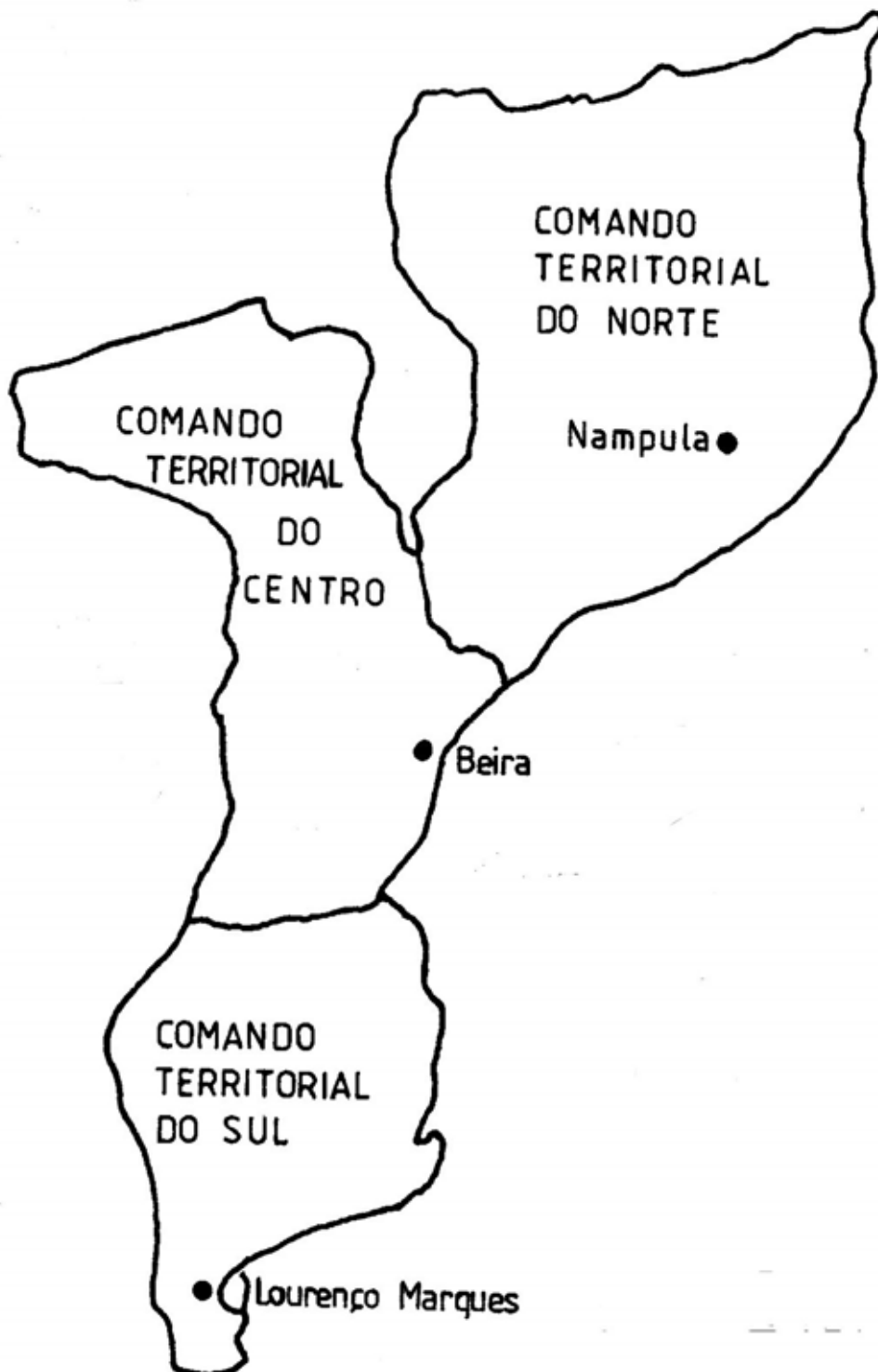
## ANEXO I – ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE ANGOLA EM 1960<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: *Resenha Histórica das Campanhas de África – volume I.*



## ANEXO J – ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE EM 1960<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Fonte: *Resenha Histórica das Campanhas de África – volume I.*



## APÊNDICE 1 - SUBVERSÃO

**“...a subversão parte do nada para uma existência real, vai do pouco ao muito, do nascimento à maturidade.”**

*Mao-Tsé-Tung*

### 1.1. Finalidade e objectivos da subversão

A finalidade da subversão é a “... *conquista do poder através do esgotamento material, moral e psicológico da Autoridade constituída*”<sup>1</sup>. O seu objectivo político/estratégico fundamental é o de destruir ou corroer o poder estabelecido e, geralmente, a ordem político-social existente, procurando desta forma a capitulação da Autoridade legal. Tal pressupõe um processo evolutivo, lento, em que a conquista de objectivos intermédios levará à consecução do referido objectivo final.

Um dos principais objectivos intermédios será o de *estender a subversão à maior massa possível de população*. Tal é conseguido convencendo a população de que a razão está do lado de quem pretende subverter, de que esta facção é a que tem credibilidade (e não a Autoridade) e procurando continuamente o máximo apoio exterior. Com isso pretende-se também captar e desenvolver mais forças subversivas e o isolamento internacional do adversário.

Outro objectivo será o de *desgastar a população leal à Autoridade e preservar a população subvertida*, nem que para isso se tenha que, por vezes, recorrer à coacção e ao medo. O poder instituído, para se opor a estas acções, terá de usar forças policiais, militares e outras que, se contaminadas pela subversão, poderão deixar a Autoridade sem meios de luta.

Deduz-se daqui outro objectivo intermédio que será a *contaminação e infiltração nas forças da Autoridade* para reduzir a sua liberdade de acção, para a enfraquecer e a aniquilar. Isso consegue-se pela suscitação da dúvida sobre a acção e equidade da Autoridade e através do seu desgaste físico e moral.

De referir ainda como objectivo o *controlo total de extensões crescentes de terreno*. Se essa área compreender a totalidade ou a maior parte de um território de um país a Autoridade terá necessariamente de capitular. Isso consegue-se, numa primeira fase, com o retirar o

---

<sup>1</sup> José Lopes Alves, *Estratégia. Panorama Geral da sua Teoria*, pg. 259.



controlo de uma área às autoridades legais, através de acções clandestinas ou pela conquista de terreno. Imediatamente após o que o esforço terá de ser exercido no estabelecimento de estruturas de controlo e enquadramento político dessa zona, procurando que ela se alargue o mais possível.

Do referido, deduz-se assim que o *objectivo estratégico fundamental da subversão é a obtenção do apoio da população*, apoio esse que pode assumir uma postura activa ou passiva.

## 1.2. Caracterização estratégica da subversão

A subversão apresenta um carácter de *estratégia total* na medida em que exerce a sua acção em todos os domínios, ou seja, recorrendo a todas as formas de coacção<sup>2</sup>. Por outro lado, pelo facto de inicialmente não dispor de forças militares com potencial para obter a decisão no campo militar, tenderá a evitar a confrontação militar directa pelo que apresenta igualmente um carácter de *estratégia indirecta*. De igual modo, para garantir o seu desenvolvimento, tem de cativar apoios no exterior e captar, pela simpatia ou coacção, a adesão da população. Daí o seu sucesso depender, de uma forma substancial, da manobra que conduzir nos campos externo (no primeiro caso) e interno (no segundo caso). Daqui se infere o seu carácter de *estratégia interna e externa*, respectivamente. Finalmente, e porque normalmente não dispõe de forças materiais que lhe garanta uma vitória militar rápida, procura obter o sucesso pelo desgaste, cansaço e desmoralização (e não pelo aniquilamento), utilizando para tal a *manobra da lassidão*<sup>3</sup>.

## 1.3. Técnicas e formas de acção da subversão

Quanto à finalidade, existem dois tipos de técnicas de subversão:

- *técnicas destrutivas*: atacam a ordem estabelecida e os seus defensores. Visam o desmembramento do corpo social, a intimidação das massas, a desmoralização, a intoxicação dos neutros, a eliminação dos elementos irredutíveis e o aniquilamento das forças adversárias.
- *técnicas construtivas*: procuram definir a organização da estrutura subversiva. Visa a infiltração e controlo dos grupos humanos, a doutrinação, o enquadramento e controlo

---

<sup>2</sup> Coacção militar, económica, política e psicológica, a que corresponderão as respectivas Estratégias Gerais.

<sup>3</sup> Modalidade de acção estratégica empregue quando a liberdade de acção é grande e o objectivo vital, caracterizando-se por acções de desgaste das forças morais do adversário em conflitos prolongados e de fraca intensidade militar.



das populações, o desenvolvimento de formas de luta, das organizações e do poder político das áreas que vão sendo controladas.

Quanto ao domínio de acção, as técnicas dividem-se em:

- *técnicas de organização*: tem o objectivo de construir o “esqueleto” do movimento. Visam a organização dos aspectos relativos ao movimento subversivo, à população, à estrutura militar e à infiltração;
- *técnicas de acções gerais*: destinam-se ao apoio em permanência do esforço da luta. Englobam as acções psicológicas (internas e externas), de política externa e de informação;
- *técnicas de acções especiais*: preocupam-se com a luta propriamente dita. Englobam a agitação, a flagelação e a acção militar clássica.

#### **1.4. Manobra e ritmo da subversão**

A manobra subversiva compreende um conjunto de manobras particulares, apoiadas na aplicação das diversas técnicas, geralmente de forma sucessiva, e no encadeamento e combinação das várias acções que resultam da aplicação das mesmas.

Assim, a *manobra de acção psicológica* é o elemento fundamental do conjunto da manobra subversiva e não só é um dos suportes das outras manobras particulares, como ainda o sucesso dessas outras manobras é medido, sobretudo, pelos seus reflexos no plano psicológico. Visa, no campo interno, captar sectores da população (pela persuasão), manter o moral dos simpatizantes, doutrinar as massas na nova hierarquia de valores, restringir a liberdade de acção do adversário, inibindo-o de recorrer a determinados meios de acção e desmoralizar e desagregar as forças oponentes, criando-lhes um complexo de culpa, um sentimento de frustração e de inutilidade, levando-as a desertar para o seu lado e criando cisões por conflitos de interesses.

No campo externo, visa isolar politicamente o adversário e criar junto dos actores internacionais um clima favorável à subversão.

A *manobra de acção política externa* depende do sucesso da anterior no plano externo. Visa obter o máximo de liberdade de acção e ajudas, quer de uma forma directa quer indirecta, e reduzir os apoios externos e a liberdade de acção do oponente, sob a forma de sanções ou pressões indirectas.

Quanto à *manobra de agitação*, esta visa captar novos elementos ou isolar outros. As suas finalidades compreendem a sensibilização das massas à acção subversiva levando-as a dar o passo difícil da indisciplina social (acção directa), desacreditar a autoridade e convencer a





população da iniquidade daquela, criar dificuldades à população por perturbação dos serviços públicos ou pelas restrições que a Autoridade possa ser obrigada a implementar, como o recolher obrigatório, etc (acção indirecta).

A *manobra de flagelação* consiste num conjunto de acções violentas de curta duração, intermitentes e distribuídas no terreno, contra forças, pessoas, bens e infra-estruturas. É a forma original e essencial da acção violenta. Pode assumir a forma de terrorismo, sabotagem, acções de guerrilha e acções tácticas de maior duração.

Por fim, a *manobra militar clássica*, a qual exige um forte apoio do exterior pela necessidade de grande volume de equipamento, englobando um conjunto de acções que vão desde as acções tácticas de pequena envergadura às de grande envergadura, quer ofensivas quer defensivas.

Quanto ao ritmo, a subversão desenvolve-se de uma forma contínua e progressiva, sem limites bem definidos entre fases. Na subversão, diferentes fases poderão ocorrer simultaneamente em diferentes pontos do território, sendo que a evolução de um processo de subversão pode ser retardado, alterado, neutralizado ou precipitado pela contra-subversão. As referidas fases poderão ser definidas da seguinte forma:

- 1ª - *fase preparatória* - compreende a organização do movimento subversivo;
- 2ª - *fase de agitação* - visa a criação do ambiente subversivo;
- 3ª - *fase de terrorismo e guerrilha* - visa a consolidação da organização subversiva;
- 4ª - *fase do “Estado subversivo”* – criação de “bases” e de forças pseudo-regulares;
- 5ª - *fase de guerra* – insurreição geral.

Como o limite entre a 3ª, 4ª e 5ª fase não é facilmente perceptível, pode-se optar por considerar os seguintes períodos:

- *período pré insurreccional* (engloba a 1ª e 2ª fases);
- *período insurreccional* (engloba a 3ª, 4ª e 5ª fases).

Na *fase preparatória*, o esforço centra-se na criação de um partido com uma estrutura legal e outra clandestina. Esta deverá garantir a continuidade do partido se a parte legal for desactivada pela contra-subversão.

A *fase de agitação* caracteriza-se por acções de propaganda, de agitação propriamente dita, de organização política administrativa, de política interna e externa.

A *fase de flagelação* já assume um carácter violento e entra em acção quando as outras duas não surtiram efeito. Caracteriza-se por acções militares, de sabotagem ou convencionais, de pequena intensidade.



O apoio exterior é importante nesta fase uma vez que esta fase é a decisiva. Como a subversão tem a iniciativa pode escolher a melhor altura para passar à ofensiva. Pode escolher a altura em que está melhor organizada e com apoios do exterior garantidos.

A evolução para uma *fase de guerra* convencional depende de o movimento subversivo prosseguir finalidades tácticas, deixando a derrota do oponente às forças armadas convencionais, ou se perseguem objectivos estratégicos, pelo que o seu sucesso depende de conduzirem uma guerra convencional. É geralmente empregue contra oponentes em que a manobra de lassidão não resultou.



## APÊNDICE 2 – CONTRA-SUBVERSÃO

**“...na luta contra a doença, o sucesso da contra-subversão mede-se, sobretudo, pela capacidade de o corpo social rejeitar o processo subversivo.”<sup>1</sup>**

### 2.1. Finalidade e objectivos da contra-subversão

A contra-subversão consiste no esforço conduzido pela Autoridade legal no sentido de conservar ou reconquistar a aceitação, pela população, do regime e sistema político vigentes, por forma a que essa população se torne impermeável a acções de subversão.<sup>2</sup>

Deste conceito pode-se inferir que a contra-subversão apresenta duas vertentes fundamentais:

- *evitar a subversão* (enquanto esta não se manifestar por perturbações graves da ordem – período pré-insurreccional)<sup>3</sup>, conduzindo acções preventivas (período de prevenção)<sup>4</sup>;
- *reprimir a subversão* (logo que ela se manifeste por acções violentas – período insurreccional), conduzindo uma luta efectiva (período de intervenção).

Assim, a sua finalidade visa, essencialmente:

- *conservar ou reconquistar o apoio da população;*
- *manter ou restabelecer um controlo efectivo de todo o território em causa, ou seja, assegurar o livre exercício de funções pelas autoridades estabelecidas, o funcionamento das instituições e dos serviços, a salvaguarda das pessoas e dos bens;*
- *conseguir o apoio da opinião pública externa.*<sup>5</sup>

Nesse sentido, estabelece-se como objectivo final da contra-subversão a *protecção e o fortalecimento de todas as estruturas do país ou região em causa de modo a impedir que a subversão possa desencadear-se ou, se iniciada, que possa ter êxito*, elegendo para o efeito objectivos intermédios que permitam alcançá-lo.

São objectivos intermédios:

<sup>1</sup> Abel Cabral Couto, *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso*, vol. II, pg. 293.

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> “*O Exército na Guerra Subversiva*, vol. I”, cap. II, pg. 9.

<sup>4</sup> José Lopes Alves, *Estratégia. Panorama Geral da sua Teoria*, pg. 284.

<sup>5</sup> “*O Exército na Guerra Subversiva*, vol. I”, cap. II, pg. 10.



- criação de condições internas e externas em todos os domínios que desfavoreçam a eclosão da subversão (psicológicas, económicas, sociais, militares, entre outras).
- previsão e preparação de acções contra-subversivas;
- neutralização da acção subversiva e dos seus agentes junto das populações em geral, forças armadas e outros sectores eventualmente afectados;
- acção anti-lassidão.<sup>6</sup>

Destes objectivos, os dois primeiros inserem-se no período de prevenção, devendo constituir preocupação permanente (no primeiro caso) e com a devida oportunidade (no segundo caso) da Autoridade legal; os terceiro e quartos inserem-se no período de intervenção e constituem a acção anti-subversiva propriamente dita.

Naturalmente, se estes concorrem para o objectivo final, de igual forma é necessário, para orientar directamente a acção contra-subversiva, prever um conjunto de objectivos primários a alcançar.

Estes englobam:

- destruir a estrutura da subversão;
- obter informações para anular o segredo em que a subversão se apoia;
- neutralizar a obtenção de informações por parte da subversão;
- conquistar física e moralmente a população;
- preparar o terreno;
- neutralizar a manobra externa da subversão e os seus efeitos;
- neutralizar a lassidão e os seus efeitos.

No que respeita aos objectivos enunciados é importante destacar:

- o *carácter progressivo da contra-subversão* e a exigência de uma progressividade por antecipação, relativamente à subversão.
- o *carácter não exclusivamente militar dos objectivos da contra-subversão*, pois esta implica a execução de um conjunto de medidas de grande diversidade, tais como:
  - político-administrativas (enquadramento da população e garantia do funcionamento das actividades essenciais);
  - policiais e judiciais (destruição das redes subversivas);
  - militares;
  - psicológicas;

---

<sup>6</sup> José Lopes Alves, op. cit. (4), pg. 283.



- sociais (assistência, luta contra o desemprego, redistribuição de terras, cultura e religiões);
  - financeiras e económicas.
- a *importância decisiva da população*, ao contrário do que sucede na guerra clássica.
- a *importância de que se reveste a organização do terreno*, tornada um objectivo na contra-subversão.<sup>7</sup>

## 2.2. Caracterização estratégica da contra-subversão

A estratégia da contra-subversão é, quanto às formas de coacção, *total*, na medida em que se exerce em todos os domínios (psicológico, diplomático, político, económico e militar) e num esforço concertado e convergente. Quanto ao estilo da acção, e dependendo da relação de forças, do grau de liberdade de acção e da fase de subversão, assume um carácter de *estratégia directa* quando a relação de forças é altamente favorável, a liberdade de acção é grande e a subversão incipiente e de *estratégia indirecta* quando as condições referidas não se verificam e, em particular, se o processo subversivo já se encontra enraizado. Neste caso, as acções psicológicas, diplomáticas, políticas e económicas assumem mais importância do que a acção militar, enquanto vectores para a obtenção da decisão, situação em que esta é também, normalmente, indirecta, ou seja, em que a decisão militar se pretende obter com um custo mínimo.

Considerando igualmente que as forças subversivas necessitam e contam sempre com apoios externos, a contra-subversão terá que se exercer, não só no interior do território, mas também no campo externo. Daí o seu carácter estratégico interno e externo.

Por fim, recorrendo a subversão a uma manobra de lassidão, com vista à anulação ou minimização da mesma, irá responder a contra-subversão com uma manobra de contra-lassidão (encurtando a duração da guerra ou evitando a deterioração das forças morais e materiais da contra-subversão).<sup>8</sup>

## 2.3. Princípios, técnicas e formas de acção da contra-subversão

Os princípios gerais de actuação da contra-subversão decorrem das características fundamentais da guerra subversiva. Assim, sistematizando:

<sup>7</sup> “*Subsídios para o Estudo da Doutrina aplicada nas Campanhas de África*”, pg. 97.

<sup>8</sup> Abel Cabral Couto, op. cit. (1), pp. 299-302.



- como consequência de *uma guerra subversiva ser, essencialmente, um problema de conquista da população* ou, por outras palavras, um problema cujo factor fundamental é a população, decorrem os seguintes princípios:
  - a luta contra a subversão é uma luta pela população e nunca contra a população; esta é o meio onde se actua e não o inimigo e, como tal, deve ser estudada;
  - não é possível actuar contra a subversão somente com forças diametralmente opostas às dela;
  - a luta contra a subversão não pode ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares e estas não devem actuar na referida luta só pelas armas;
  - é indispensável dispor de um conhecimento pormenorizado da população;
- como consequência de *uma guerra subversiva ser sempre influenciada do exterior e quase sempre fomentada, dirigida e alimentada do exterior*:
  - na luta contra a subversão não se pode considerar exclusivamente o inimigo interno;
  - nessa luta não se pode actuar unicamente no interior do território em questão;
  - na luta a levar a efeito no interior desse território, tem primordial importância a interdição das fronteiras;
- como consequência de *uma guerra subversiva ser sempre um problema de grande complexidade, principalmente pelo carácter clandestino do inimigo, pela diversidade de meios e processos empregados por ele e por se tratar de uma guerra em superfície*:
  - a importância da informação é muito grande na luta contra a subversão;
  - deve actuar-se contra a subversão com a mesma diversidade de meios e processos que aquela aplica, sempre convenientemente adaptados às circunstâncias;
  - os meios a empregar têm de ser calculados e dispostos por áreas e não por frentes.

Além de todos estes princípios, há que salientar o de que, para restabelecer a situação numa região onde tenha sido desencadeada uma acção subversiva, tudo deve ser feito para evitar que aquela atinja o aspecto de luta violenta. Por outras palavras, *a luta contra a subversão deve ser iniciada e conduzida a fundo o mais cedo possível*, visto ser realmente muito mais fácil evitar o desenvolvimento de um movimento subversivo durante a sua fase inicial do que vencê-lo depois de bem organizado.<sup>9</sup>

Tal como a subversão, também a contra-subversão adopta as técnicas *destrutivas e construtivas*.

---

<sup>9</sup> “O Exército na Guerra Subversiva, vol. I”, cap. II, pp. 8-9.



Com as *técnicas destrutivas* a contra-subversão visará o aniquilamento das forças adversas, a neutralização de determinados elementos, a intimidação de simpatizantes e dos apoios externos, a destruição de infra-estruturas, a desmoralização e subversão do adversário, etc.

Por seu lado, as *técnicas construtivas* ligam-se à protecção e moralização da população e meios da contra-subversão, ao fortalecimento das estruturas políticas, administrativas, económicas, sociais e militares, à recuperação e reabilitação de elementos que colaboraram com a subversão, à obtenção de apoio externo para a contra-subversão, etc.

Quanto ao domínio de acção, as técnicas poderão ser sistematizadas em:

- *técnicas de acções gerais*: englobando a acção psicológica (interna e externa) e a acção de informações;
- *técnicas de acções internas*: englobando as acções militar, policial e político-administrativa;
- *técnicas de acções externas*: englobando as acções militar, económica, política interna e política externa;
- *técnicas especiais*: englobando acções clandestinas (rapto, atentado, etc).<sup>10</sup>

#### 2.4. A manobra de contra-subversão

A manobra contra-subversiva irá procurar aplicar e integrar nas melhores condições todas as técnicas e formas de acção de contra-subversão que permitam atingir os objectivos primários, intermédios e final. A manobra contra-subversiva é assim o resultado da integração de manobras ou acções parcelares que constituem, por seu turno, a integração de manobras ou acções elementares.

Consideram-se como *manobras ou acções parcelares*, as acções especiais, as acções gerais, as de contra-subversão interna e as de contra-subversão externa, correspondentes, respectivamente, ao emprego de técnicas de acções especiais, gerais, internas e externas.

As manobras e acções elementares, compreendem:

- para as *acções gerais*, acções de obtenção de informações, acções de contra-informação e acções anti-lassidão;
- para a *manobra contra-subversiva interna*, a manobra psicológica interna sobre a população, acção sobre o terreno e a manobra militar interna;
- para a *manobra contra-subversiva externa*, as manobras psicológicas, políticas, económicas e militares externas.

<sup>10</sup> Abel Cabral Couto, op. cit. (1), pp. 307-310.



## 2.5. Aspectos específicos da manobra militar interna

As forças militares têm, no âmbito da sua manobra interna, três missões essenciais:

- combater os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares, executando operações militares defensivas e ofensivas;
- exercer uma acção psicológica sobre o adversário e, principalmente, sobre a população, e ainda sobre esta última, para a tornar mais receptiva àquela acção, uma eficaz *acção social*, contribuindo assim directamente, dentro das suas possibilidades, para conservar ou reconquistar o apoio dessa população;
- dar apoio às autoridades civis, prestando-lhes informações, reforçando a acção da polícia ou actuando em cooperação com ela na *manutenção da ordem*, garantindo o *controle da população* e assegurando a *manutenção dos serviços essenciais*, quando necessário.

De facto, se para restabelecer a situação numa região, tudo deve ser feito para evitar que a subversão atinja o aspecto de luta violenta e que, uma guerra subversiva é, essencialmente, um problema de conquista da população, daqui se deduz que as mais importantes medidas a pôr em execução na luta contra a subversão são aquelas que impeçam:

- que os bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares se constituam;
- que a população seja afectada pela acção subversiva.

Por outro lado, a experiência demonstrou, sempre, que a medida mais eficaz contra os referidos bandos e guerrilhas é *negar-lhes o apoio da população* (informações, víveres, medicamentos, recrutamento de pessoal, apoio moral, etc.), sem o qual não poderão subsistir.

Conclui-se, portanto, que *as missões realmente mais importantes das forças militares na luta contra a subversão são aquelas cujo efeito seja conservar ou reconquistar o apoio da população, ou sejam, a acção psicossocial e o controle da população*, em especial nos territórios onde a densidade das autoridades administrativas e das forças policiais seja muito pequena.

Entre as operações militares propriamente ditas, devem ser salientadas pela sua primordial importância, não inferior à das missões anteriormente mencionadas, as operações de *interdição das fronteiras* destinadas a evitar o auxílio exterior, isto é, a detectar e destruir as cadeias de abastecimento em pessoal e material, com origem no exterior. Normalmente, sem esse auxílio, os bandos armados e as guerrilhas não poderão subsistir e a referida interdição, se eficaz, poderá ser, portanto, decisiva.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> “O Exército na Guerra Subversiva, vol. I”, cap. II, pp. 22-23.





### APÊNDICE 3 – CLASSIFICAÇÃO DO TERRORISMO

As autoridades policiais classificam geralmente o terrorismo em três grupos - doméstico, internacional e transnacional. Os métodos, porém, são idênticos - assassínios, atentados à bomba, raptos, desvios de aviões ou comboios, etc..

O *terrorismo doméstico* limita-se ao território de um país ou parte dele, identifica-se geralmente com um movimento específico, e pode enquadrar-se num cenário de guerra revolucionária.

O *terrorismo internacional*, pelo contrário, não se limita a um país, pode implicar vários movimentos ideologicamente semelhantes, e visa mais a população civil do que as forças armadas ou os funcionários do Estado. No fundo, o terrorismo internacional é uma forma de conflito de baixa intensidade para atingir objectivos estratégicos que interessam a determinadas potências - implicadas no apoio aos movimentos terroristas mas que nunca o admitem abertamente, visto que, segundo o Direito Internacional, uma tal ingerência num Estado soberano equivale a um acto de guerra. O terrorismo internacional é uma forma de luta extremamente eficaz, obtém resultados notáveis para um investimento mínimo, e obriga o Estado contra quem se dirige a gastar somas elevadíssimas para a protecção de pessoas e bens.

Muitos dos grupos surgidos nos anos 60, sobretudo na Europa - a Rote Armee Fraktion<sup>1</sup>, as Brigate Rosse, os Weathermen -, enquadram-se nesta classificação. Aliavam a ideologia marxista-leninista a um vago anarquismo operacional, não estavam ligados política ou emocionalmente a nenhum país, nem mesmo ao que lhes servia de base, e por isso não se opunham à ideia de trabalhar para este ou aquele interesse, e consideravam-se como a vanguarda de uma suposta revolução mundial. Os comunistas ortodoxos, lembrando-se que Lenine denunciara o esquerdismo como sendo a doença infantil do comunismo, desconfiavam dos seus motivos e receavam as implicações dos seus actos no progresso da Revolução.

O *terrorismo transnacional* é uma variante do terrorismo doméstico, e sucede quando a região afectada está dividida entre dois países. É o que sucede na Irlanda do Norte com o IRA e organizações semelhantes, e no País Basco com a ETA.

A partir dos anos 70, começou a falar-se em *terrorismo de Estado*, expressão aplicável aos Estados que supostamente praticam actos de terrorismo contra as próprias populações ou que

---

<sup>1</sup> Também conhecida por Baader-Meinhof Gang, nomes dos seus fundadores, Andreas Baader e Ulrike Meinhof.



exportam terrorismo, ou seja, que subsidiam oficialmente mas discretamente actos de terrorismo contra outros Estados. No entanto, a expressão é bastante questionável e tem-se aplicado sobretudo a países cujos dirigentes ou regimes caíram no desagrado das superpotências - o Iraque, a Líbia e a Síria, por exemplo.

Mas a História ensina-nos que houve, de facto, casos de terrorismo de Estado. O exemplo mais conhecido - e indisputável, porque os seus próprios responsáveis assim o definiram - é o período da Revolução Francesa conhecido por "*Le Terreur*" (O Terror). A partir de Maio de 1793, o Comité de Salvação Pública iniciou a perseguição dos inimigos, reais ou suspeitos, da Revolução. Foram presas mais de 300.000 pessoas e executadas mais de 17.000 até Julho de 1794, altura em que Robespierre, sobre quem recai a responsabilidade moral por este massacre, foi preso e guilhotinado. Outro caso, mais controverso, é o da Rússia Soviética nas primeiras décadas da sua história - Lenine e os ideólogos comunistas não hesitaram em sublinhar a necessidade do terror para consolidar as conquistas da Revolução.

Um exemplo mais recente foi o dos GAL<sup>2</sup>, em Espanha, organização clandestina para-estatal, destinada à supressão física, tanto em Espanha como em território francês, de elementos da ETA que não podiam ser neutralizados por vias legais.

Era constituído por membros das forças de segurança espanholas e por mercenários franceses. Ao contrário de outras organizações anti-ETA<sup>3</sup>, que eram primariamente criações das autoridades policiais, os GAL eram apoiados pelo Ministério do Interior espanhol.

As suas actividades foram suspensas em 1987, após quatro anos de actividade, tendo o governo espanhol, por pressão da opinião pública, começado a reprimi-los por via judicial.

---

<sup>2</sup> Grupos Antiterroristas de Liberación.

<sup>3</sup> Anti-terrorismo ETA e Batallón Vasco Español, por exemplo.